


André Rodrigues
João Trajano de Lima Sento-Sé
Leandro Marinho
Daniel Octaviano
Kharine Gil

VIOLÊNCIA POLÍTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E NA BAÍA DA ILHA GRANDE



André Rodrigues
João Trajano de Lima Sento-Sé
Leandro Marinho
Daniel Octaviano
Kharine Gil

VIOLÊNCIA POLÍTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E NA BAÍA DA ILHA GRANDE

REALIZAÇÃO:



LEPOV
LABORATÓRIO DE
ESTUDOS SOBRE
POLÍTICA E VIOLÊNCIA



PARCERIA:



APOIO:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil



2024_Observatório de Favelas

COORDENAÇÃO GERAL DA PESQUISA

André Rodrigues

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

André Rodrigues

Raquel Willadino

João Trajano de Lima Sento-Sé

PESQUISADORES

Daniel Octaviano

Leandro Marinho

Kharine Gil

AUTORES DA PUBLICAÇÃO

André Rodrigues

João Trajano de Lima Sento-Sé

Leandro Marinho

Daniel Octaviano

Kharine Gil

REALIZAÇÃO

Observatório de Favelas

Laboratório de Estudos sobre Política e Violência (DGP/IEAR/UFF)

PARCERIA

Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ)

FINANCIAMENTO E APOIO

Fundação Heinrich Böll

Medico International

REVISÃO

Natalia von Korsch

CAPA

Arte sobre foto de Rosilene Miliotti / Imagens do Povo

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de Ideias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior — CRB 8/9949

V796

Violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande [recurso eletrônico] / André Rodrigues...[et al.]. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2024.

121 p. ; PDF ; 4.1 MB

Inclui índice.

ISBN 978-65-87016-27-6 (Ebook)

1. Segurança pública. 2. Violência. 3. Política. I. Rodrigues, André. II. Sento-Sé, João Trajano de Lima. III. Marinho, Leandro. IV. Octaviano, Daniel. V. Gil, Kharine. VI. Título.

2024-2887

CDD: 353.40981

CDU: 351.75(81)

1ª EDIÇÃO

Rio de Janeiro_Setembro 2024

SUMÁRIO

5 INTRODUÇÃO

9 NOTA METODOLÓGICA

14 OS DADOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA REGIÃO METROPOLITANA E NA BAÍA DA ILHA GRANDE, RIO DE JANEIRO

15 Quadro geral das violências políticas

29 Violências políticas com motivação de ódio

34 Violência política nas subáreas e nos municípios

41 Perfil das vítimas

53 Política e poder de matar

61 Políticos agressores

67 Agentes e ex-agentes de segurança pública nas cenas de violência política

79 Controle territorial de grupos armados e violência política

87 DIMENSÕES FUNDAMENTAIS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA

88 Violência e ódios políticos

96 Conflitos por terra e violência política

103 Da violência como instrumento e princípio estruturante da ação política

109 Conflitos entre elites políticas locais: um racha na Baixada

113 CONCLUSÃO

117 REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

TEMOS BUSCADO, ANO A ANO, ampliar o escopo do monitoramento sistemático de casos de violência política que realizamos desde 2021 (Rodrigues et al., 2021; Rodrigues et al., 2022; Rodrigues et al., 2023). Esse processo tem sido determinante para a consolidação e o aprofundamento de nossa compreensão dos modos pelos quais a violência armada e outras formas de violência atravessam o cotidiano da política fluminense. Começamos observando apenas os casos de execuções políticas na Baixada Fluminense. Ampliamos, então, nosso estudo para a Baía da Ilha Grande, com a inclusão de todos os tipos de agressões politicamente motivadas que encontrássemos nas duas regiões. A inserção do contexto do litoral fluminense revelou processos de violência marcados por conflitos de terra de longa duração, decorrentes da especulação imobiliária que remonta à abertura da rodovia Rio-Santos, no período da ditadura empresarial-militar. Tais processos levam ao recrudescimento do assédio e da brutalidade contra comunidades e povos tradicionais. Elites políticas locais atuam, há décadas, exercendo a apropriação privada violenta de terras e águas que, historicamente, constituem os modos de vida de caiçaras, quilombolas e indígenas (Feitosa e Silva, 2015). Essa é a base das formas de constituição das instituições políticas nos municípios da Baía da Ilha Grande, controladas por especuladores, grileiros, fazendeiros e grupos empresariais. Por fim, este ano decidimos expandir nosso recorte de pesquisa para toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mantendo o monitoramento de casos na Baía da Ilha Grande. Esta expansão foi motivada pelo interesse em aprofundar nossa compreensão sobre a relação entre a atuação de grupos armados e os contextos políticos locais, sobretudo em função da forte presença de milícias nas zonas Oeste e Norte da capital (Cano e Duarte, 2012; Soares, 2023; Manso, 2020). Outra razão para essa ampliação foi a perspectiva de observar as dinâmicas da violência política no Leste Metropolitano — principalmente em Niterói, onde tínhamos notícias de violências recorrentes contra uma parlamentar negra e travesti, e em São Gonçalo, onde há forte presença de grupos armados.

Algumas dimensões fundamentais a respeito da violência política nas regiões que estudamos se reforçam a cada ano. O acesso aos meios de produção da violência — em especial, o poder de matar — é um fator determinante dos modos pelos quais os conflitos entre elites políticas locais constituem carreiras políticas e constroem mandatos em constante disputa. As relações locais de poder estabelecem, dessa forma, um tripé formado pelo poder de matar, o poder econômico e o poder político. O poder político seria, assim, uma resultante da combinação entre o poder econômico e o poder de matar. Essa estrutura atualiza expressões contemporâneas do mandonismo e do clientelismo (Carvalho, 1997; Albarracín, 2017; Trudeau, 2022). A construção de relações de mando e de clientela baseadas no emprego ou na demonstração expiatória do poder de matar estabelece o que temos chamado de “clientelismo homicida” (Rodrigues et al., 2018)¹. O assassinato — não apenas de opositores políticos, mas de qualquer ator que não esteja alinhado aos modos locais de governo (de corpos, terras, águas, relações econômicas, moralidades e outras dimensões da vida cotidiana) — torna-se um recurso central de poder político (Ayoub, 2021; Paz, 2023). Aqueles que afirmam localmente seu acesso ao poder de matar e as articulações entre este e o poder econômico têm mais do que aquilo que a ciência política chama de vantagens competitivas nos contextos eleitorais. Eles detêm, ou buscam estabelecer, uma forma de soberania local, tornando o Estado e suas instituições também um instrumento de seus interesses e poderes arbitrários.

Nossos estudos têm demonstrado que há duas circunstâncias específicas da presença do poder armado nos contextos políticos locais que são centrais para esses arranjos de poder. Um desses fatores é a constante presença de policiais na política local, inclusive como participantes das disputas violentas pelo poder. O outro é a relação entre grupos criminosos armados, políticos e policiais.

O emprego da brutalidade policial é uma recorrência histórica no estado do Rio de Janeiro (Alves, 2003; Medeiros, 2015; Rodrigues e Marinho, 2023). O uso arbitrário e ilegal do poder de matar pelo Estado é a principal fonte da formação de grupos de extermínio, milícias e mesmo da perenidade e da

1. Alguns autores utilizam a expressão “clientelismo armado” (Gallego, 2018; Eaton, 2006), mas optamos pelo uso do termo “homicida”, porque acreditamos que o fenômeno não gira em torno apenas da presença armada intimidatória dos grupos armados, mas da necessidade de demonstração do poder de matar como instrumento de poder político.

ampliação do poder de facções do tráfico. O Estado, dessa forma, tem sido o vetor central para a ampliação da disponibilidade do poder de matar a ser contratado e cooptado por elites políticas e econômicas. Policiais com carreiras homicidas se tornam um ativo político, seja como contratados dessas elites, seja buscando eles mesmos construir à bala suas próprias carreiras políticas. Políticos e policiais na política, além disso, em vista da ampliação do alcance atual de ideias autoritárias no bojo do crescimento de forças de extrema-direita, procuram fazer da brutalidade policial o centro de uma agenda ideológica para a segurança pública. A presença recorrente de policiais na política é, assim, uma dimensão estruturante da violência política nas regiões que estudamos.

A disponibilidade do poder de matar como um ativo político também é fortemente alimentada pelo controle territorial por grupos criminosos armados. Esses grupos têm o poder de decidir quem pode ou não fazer campanha política nas áreas que controlam. Ao abrir espaço para determinados candidatos e lideranças locais, eles constroem moradores a dirigirem seus votos para esses políticos que têm seu apoio direto ou a quem concedem a possibilidade de realização de campanhas eleitorais (Rodrigues et. al, 2022; Trudeau, 2022). As milícias têm um papel central nesses arranjos, lançando seus candidatos ao poder ou atuando como base de outros chefetes locais. A presença de policiais que utilizam ilegalmente seu poder de matar como ferramenta de aquisição de poder político e econômico é importante nesse aspecto, porque essa é a própria gênese dos grupos de extermínio e milícias e é uma dimensão estratégica dos modos de atuação das facções do tráfico em seus arreglos com membros das forças policiais. O modo pelo qual a atuação de Polícia Militar, Polícia Civil e outras forças policiais em serviço se confunde com interesses políticos e econômicos locais é, portanto, uma característica central das violências políticas que temos estudado.

Esse poder político armado, como nossas pesquisas mostram, tem uma constituição masculina, branca e patriarcal. Quando observamos os assassinatos políticos que monitoramos e outras formas de violência política de grande contundência, há uma concentração entre homens brancos de meia idade, membros das elites políticas locais, disputando o poder. Ainda que não façamos um levantamento sistemático do perfil dos perpetradores dessas mortes — pelo fato de nossa fonte, em geral, ser precária a esse respeito —, as características dessas execuções seguem a lógica de crimes encomendados. Seus mandantes, provavelmente, são membros de grupos políticos adversários que

têm características semelhantes às das vítimas. Observamos, assim, uma forte concentração do poder político, mediado pela detenção do poder armado, nas mãos de homens brancos nos contextos políticos nos quais a violência está intensamente presente.

Nossas pesquisas, entretanto, revelam que há um repertório de violências que se dirigem contra pessoas periféricas, principalmente homens e mulheres negros(as), indígenas e pessoas pertencentes a comunidades tradicionais que são também um elemento de base desses poderes locais armados. Essas populações são, por um lado, alvo constante dos processos violentos de repressão, controle, exploração, expulsão e expropriação que estão no cerne dos interesses econômicos dessas elites locais (e, como no caso da Baía da Ilha Grande, elites nacionais). Esse exercício violento do poder político, por outro lado, estabelece modos contemporâneos de currais eleitorais, vetos à emergência de forças políticas populares e outras formas de impedir a expressão política dessas populações.

Este estudo está dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos um panorama geral dos casos que reunimos no atual ciclo da pesquisa. Ao passo que, na segunda parte, realizamos um conjunto de estudos de casos que são expressivos das dimensões de base para os conflitos pelo poder e dos modos violentos de formação dos espaços e instituições da política fluminense. Desse modo, é apresentado na primeira parte um quadro descritivo do que encontramos em termos de incidência de violências com motivações ou diretamente relacionadas às atividades políticas dos envolvidos. Nesse momento, saltam aos olhos a recorrência, a diversidade e a regularidade de casos. Na segunda parte, optamos por analisar casos específicos em que a brutalidade e a capacidade expressiva de episódios e dinâmicas são, independentemente dos números ou recorrência, eloquentes quanto à gravidade e à radicalidade daquilo com que estamos lidando.

NOTA METODOLÓGICA

NESSA NOVA RODADA DA PESQUISA foram mantidos os princípios básicos teóricos e metodológicos que vêm orientando nossos trabalhos desde as primeiras publicações. Nossa definição de violência política segue considerando como tal toda forma de violência exercida em função da atuação política da vítima, seja ela um indivíduo ou uma coletividade. O levantamento de casos também foi realizado a partir da consulta a notícias jornalísticas veiculadas em portais de notícias e acervos digitalizados de jornais impressos. Foram consultados os jornais O Globo, Extra, O Dia e Meia Hora, veículos de grande alcance que fazem cobertura específica de diversas regiões e cidades do Rio de Janeiro. Para o levantamento de casos neste ciclo, passamos a utilizar uma nova ferramenta de clipping, chamada Central Clipping. A mudança foi necessária em função de limitações que surgiram na ferramenta anterior, que não mais dava conta da complexidade de descritores utilizados em nossas buscas.

O recorte temporal considerado para o presente estudo toma como base o intervalo entre janeiro de 2022 e junho de 2024. Trata-se de um período de dupla importância, porque comporta um hiato entre duas eleições (as eleições gerais de 2022 e as municipais de 2024) e porque justamente uma dessas eleições se caracterizou, sob diversos aspectos, como uma das mais violentas deste século, com uma profusão de casos de violência política sendo noticiados país afora.

Como já mencionado, diferentemente de nossas pesquisas anteriores, nesta nova etapa não nos restringimos aos limites geográficos da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande. A partir da presente publicação, ampliamos o nosso escopo de análise e inauguramos o monitoramento de casos de violência política para toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Esta mudança de foco teve reflexo importante em nossa metodologia.

Como era de se esperar, a inclusão de outros municípios da RMRJ em nosso recorte analítico teve como consequência direta a verificação de um número muito maior de casos no atual levantamento. A própria dinâmica apresentada

por muitos dos casos nos levou, por exemplo, a considerar com maior atenção eventos que em monitoramentos anteriores tiveram pouca incidência, como agressões ocorridas em meio a protestos e manifestações políticas. Privilegiada pela atenção midiática, a cidade do Rio de Janeiro foi a grande responsável pelo aumento no número de registros e na maior variedade de casos de violência política verificados no atual ciclo de pesquisa. Evidentemente, é necessário considerar que esta é uma decorrência previsível da escolha pela utilização de fontes jornalísticas, que já de saída nos impõem um viés, pela cobertura maior oferecida às grandes metrópoles. Ainda assim, cabe não naturalizar o viés midiático, produto de razões históricas, políticas e comerciais que, nesse caso, vão desde o fato de o Rio de Janeiro ter sido sede do Império e capital federal já na era republicana, até a circunstância de a cidade abrigar a matriz de um dos maiores conglomerados midiáticos do mundo e outras grandes empresas do ramo. Em momentos mais oportunos do texto, quando analisarmos de fato os casos documentados neste levantamento, serão melhor discutidos os contrastes entre a capital fluminense e as demais cidades que compõem a sua Região Metropolitana.

Efeito prático e direto da ampliação das regiões analisadas se deu com a inclusão de novas palavras-chave no conjunto de descritores utilizados em nossas ferramentas de clipping, o que se fez necessário justamente pelas novas dinâmicas encontradas, sobretudo, no Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente. Abaixo, o Quadro 1 apresenta os conjuntos de descritores, as palavras-chave e os operadores booleanos utilizados em nossas buscas. Os conjuntos de descritores se mantiveram basicamente os mesmos: i) aqueles que correspondem à ação, isto é, o tipo de violência perpetrado contra a vítima; ii) aqueles que correspondem ao perfil da vítima, ou seja, que dizem respeito a suas atividades políticas; e iii) aqueles que correspondem ao local da ocorrência. Em destaque, as palavras-chave que foram adicionadas no levantamento deste ano.

QUADRO 1 | PALAVRAS-CHAVE UTILIZADAS NAS BUSCAS POR NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS DE CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

CONJUNTO I AÇÃO

“TIRO” OR “TIROS” OR “MORTO” OR “MORTA” OR “HOMICÍDIO” OR “EXECUÇÃO” OR “EXECUTADA” OR “EXECUTADO” OR “ATENTADO” OR “ASSASSINATO” OR “ASSASSINADO” OR “ASSASSINADA” OR “AGRESSÃO” OR “AGRESSÕES” OR “AGRESSÕES FÍSICAS” OR “FACADA” OR “SOCO” OR “CHUTE” OR “PONTAPÉ” OR “TAPA” OR “PERSEGUIÇÃO” OR “SEQUESTRO” OR “AMEAÇA” OR “EXTORSÃO” OR “CHANTAGEM” OR “INJÚRIA” OR “XINGAMENTO” OR “INSULTO” OR “OFENSA” OR “RACISMO” OR “HOMOFOBIA” OR “MISOGINIA” OR “MACHISMO” OR “MANIFESTAÇÃO” OR “PROTESTO” OR “OPERAÇÃO”;

AND

CONJUNTO II PERFIL

“CANDIDATO” OR “CANDIDATA” OR “VEREADOR” OR “VEREADORA” OR “PREFEITO” OR “PREFEITA” OR “DEPUTADO” OR “DEPUTADA” OR “SENADOR” OR “SENADORA” OR “POLÍTICO” OR “POLÍTICA” OR “GESTOR” OR “ASSESSOR” OR “ASSESSORA” OR “CABO ELEITORAL” OR “ATIVISTA” OR “ATIVISTAS” OR “MILITANTE” OR “JORNALISTA” OR “AMBIENTALISTA” OR “LÍDER COMUNITÁRIO” OR “MANIFESTANTE” OR “MANIFESTANTES” OR “POLÍCIA” OR “POLICIAIS” OR “POLICIAL” OR “GUARDA MUNICIPAL” OR “GUARDAS MUNICIPAIS” OR “MORADOR” OR “MORADORES”;

AND

CONJUNTO III LOCAL

“QUEIMADOS” OR “JAPERI” OR “SÃO JOÃO DE MERITI” OR “MAGÉ” OR “NOVA IGUAÇU” OR “NILÓPOLIS” OR “PARACAMBI” OR “MESQUITA” OR “GUAPIMIRIM” OR “BELFORD ROXO” OR “ITAGUAÍ” OR “SEROPÉDICA” OR “DUQUE DE CAXIAS” OR “ANGRA DOS REIS” OR “PARATY” OR “MANGARATIBA” OR “RIO DE JANEIRO” OR “NITERÓI” OR “SÃO GONÇALO” OR “ITABORAÍ” OR “MARICÁ” OR “TANGUÁ” OR “RIO BONITO” OR “CACHOEIRAS DE MACACU”;

Diferentemente dos ciclos de pesquisa anteriores, os resultados das buscas realizadas para este levantamento nos levaram a uma grande quantidade de eventos em que houve múltiplas vítimas que, com frequência, foram alvo de diferentes tipos de agressão em uma mesma ocasião. Nosso banco de dados, portanto, está organizado em função das agressões: cada agressão é contabilizada como um caso, mesmo que ela tenha sido dirigida a uma mesma vítima numa mesma ocasião. Isto é, uma mesma vítima pode sofrer diversas agressões em um mesmo evento e nós contabilizamos cada uma delas.

Outro procedimento metodológico importante que cumpre fazer menção foi a revisão realizada em nossa base de dados geral, na qual estão sistematizados todos os casos levantados pela nossa pesquisa desde o primeiro estudo. A base tem registros desde o ano de 2015 até junho de 2024. Como os parâmetros do nosso monitoramento foram sendo atualizados e dilatados ao longo do tempo, ampliando tanto o leque de violências registradas como as regiões analisadas, esse ano iniciamos um movimento de acrescentar ao nosso banco de dados agressões e vítimas que por algum critério estabelecido no passado não puderam ser contabilizadas. Em nosso primeiro levantamento, por exemplo, foram considerados apenas casos de execuções políticas ocorridas na Baixada Fluminense, restrição que deixou de existir já a partir de nossa segunda publicação, quando passamos a registrar formas de violência política não letais. A princípio, optamos por começar essa atualização incorporando agressões e vítimas que já figuravam nos casos que se encontravam em nossa base. Assim, tivemos um total de sete casos adicionados ao nosso banco.

Por outro lado, na revisão empreendida pela nossa equipe também procuramos identificar casos que poderiam não estar de acordo com os nossos critérios para que de fato fossem considerados casos de violência política. Esse exercício de revisão exigiu, por exemplo, que fossem acompanhadas notícias sobre o desenvolvimento de investigações policiais sobre determinados casos para verificar se a motivação política poderia ser descartada. Feito este movimento, foram excluídos dois casos de nossa base, ambos execuções, ocorridas nos anos de 2018 e 2022.

Por fim, cabe assinalar que, assim como em publicações anteriores, procuramos identificar se as localidades onde ocorreram os casos de violência política eram controladas por grupos armados, qual a natureza desses grupos e se havia a participação deles nas agressões cometidas. Por seu refino metodológico e sua confiabilidade, para a verificação dos grupos que exerciam controle armado nos territórios no momento em que ocorreram os casos que registramos, nossa fonte foi o “Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro”, elaborado pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) e pelo Instituto Fogo Cruzado. Embora o mapa considere apenas a Região Metropolitana do Rio de Janeiro — excluindo, portanto, a Baía da Ilha Grande —, isto não foi um problema, porque apenas um dos casos ocorridos nesta região poderia ter como palco uma área controlada por um grupo armado. Como não poderíamos aferir qual grupo atuava na localidade

do caso supramencionado, optamos por classificá-lo como “não identificado” em relação à presença ostensiva de grupos armados. Para o cômputo relativo às suspeitas sobre o envolvimento de grupos armados nos casos de violência política, utilizamos as próprias fontes jornalísticas a partir das quais documentamos os casos e os sites do Ministério Público e da Polícia Civil.

No entrecruzamento de dados quantitativos e qualitativos, esperamos conseguir apresentar um quadro suficientemente ilustrativo sobre as dinâmicas das variadas formas de violência política e de sua expressividade no contexto político fluminense, traçando suas dimensões estruturais e conjunturais.

A person's hands are shown holding a newspaper, with the background filled with a large number of newspapers scattered on a table. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter. The text is centered and reads:

**OS DADOS DE
VIOLÊNCIA POLÍTICA
NA REGIÃO METROPOLITANA
E NA BAÍA DA ILHA GRANDE,
RIO DE JANEIRO**

NESTA PARTE DESCRIVEREMOS AS CARACTERÍSTICAS gerais das violências políticas que monitoramos no atual ciclo de nossa pesquisa. Reunimos casos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Baía da Ilha Grande ocorridos entre janeiro de 2022 e junho de 2024. Este período cobre o último ano do governo Bolsonaro e a disputa eleitoral para a Presidência da República, para os governos dos estados e para as assembleias legislativas estaduais.

QUADRO GERAL DAS VIOLÊNCIAS POLÍTICAS

Ao ampliarmos nosso escopo de pesquisa para toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e mantermos nosso monitoramento de casos na Baía da Ilha Grande, obtivemos não apenas um número de casos muito maior do que nos ciclos anteriores da pesquisa, mas também encontramos um conjunto mais diversificado de violências políticas, como observamos na Tabela 1.

TABELA 1 | DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS POR DINÂMICA DO FATO E POR ANO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE – 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	2022	2023	2024 (1º SEM.)	TOTAL	%
ATENTADO CONTRA A VIDA	8	10	6	24	12,7%
EXECUÇÃO	5	13	6	24	12,7%
AMEAÇA	15	5	2	22	11,6%
AGRESSÃO VERBAL	8	11	1	20	10,6%
AGRESSÃO FÍSICA	9	9		18	9,5%
AMEAÇA DE MORTE	11	4	1	16	8,5%
PRISÃO ARBITRÁRIA DE MANIFESTANTES		11		11	5,8%
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTES	4	2	4	10	5,3%
REPRESSÃO POLICIAL A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	1	6	2	9	4,8%
ATAQUE A ATO POLÍTICO	5			5	2,6%

TABELA 1 | DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS POR DINÂMICA DO FATO E POR ANO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE – 2022 A JUNHO DE 2024 (CONTINUAÇÃO)

DINÂMICA DO FATO	2022	2023	2024 (1º SEM.)	TOTAL	%
ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO	1	3		4	2,1%
INVASÃO DE ALDEIA INDÍGENA	1	2		3	1,6%
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1	2		3	1,6%
DENUNCIACÃO CALUNIOSA	2			2	1,1%
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO		2		2	1,1%
DEPREDAÇÃO DE SÍMBOLO POLÍTICO	2			2	1,1%
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL		2		2	1,1%
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AGRESSÃO VERBAL	2			2	1,1%
ATAQUE A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA		1		1	0,5%
ATAQUE EM CAMINHADA ELEITORAL	1			1	0,5%
DESAPARECIMENTO FORÇADO	1			1	0,5%
DISPARO DE ARMA DE FOGO EM CASA LEGISLATIVA		1		1	0,5%
ESPIONAGEM		1		1	0,5%
INJÚRIA	1			1	0,5%
INTIMIDAÇÃO CONTRA MESÁRIOS E AGENTES ELEITORAIS	1			1	0,5%
PERSEGUIÇÃO COM AUTOMÓVEL		1		1	0,5%
REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONTRA POVO INDÍGENA	1			1	0,5%
REPRESSÃO POLICIAL A COLETIVO CULTURAL		1		1	0,5%
TOTAL GERAL	80	87	22	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Encontramos em nossas fontes 189 casos de violência política no período monitorado. Tivemos 80 casos registrados no ano de 2022, 87 em 2023 e uma tendência de queda do total de casos em 2024, com 22 registros no primeiro semestre. Quando se trata, entretanto, das execuções e dos atentados contra a vida, o ano de eleições municipais parece acompanhar a tendência de elevação de casos observada em 2023. A eliminação à bala de rivais políticos nos processos eleitorais se confirma na Região Metropolitana como uma tendência que já vínhamos observando na Baixada Fluminense.

Os casos mais recorrentes coletados em nossa pesquisa são aquelas violências de grande contundência dirigidas principalmente contra a vida de atores políticos. Os atentados contra a vida, as execuções, as ameaças de morte e os desaparecimentos forçados somados constituem cerca de 35% das 189 violências políticas que encontramos entre 2022 e junho de 2024. Esses casos demonstram a estabilidade dos modos violentos de disputa do poder político com o emprego do poder de matar por elites políticas locais. É preciso considerar que os casos que envolvem letalidade tendem a ser mais enfocados pelas fontes jornalísticas que consultamos. Independentemente disso, a recorrência dessas violências é muito alta. Foram 24 atores políticos assassinados em dois anos e meio, ou seja, ocorreu um assassinato político a cada 38 dias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O mesmo número e a mesma média de casos por dia para os atentados contra a vida. Ocorreram, além disso, no período, um total de 16 ameaças de morte, o que significa uma ameaça de assassinato político a cada 57 dias.

A recorrência das agressões físicas, verbais e ameaças, que somam mais de 30% do total de casos, é expressão da truculência como um elemento do cotidiano da política na Região Metropolitana. Intimidar, agredir, xingar, ofender e ameaçar são expressões violentas da política que identificamos em 60 casos. Um dado dessas violências é que elas muitas vezes são perpetradas em espaços da política institucional, como câmaras municipais, por políticos (geralmente homens brancos) contra outros atores políticos. Há um conjunto relevante dessas agressões, como veremos em uma seção mais adiante, que expressa variadas formas de discriminação e conteúdo de ódio político e/ou partidário. Destaca-se, no aspecto do exercício violento da política em espaços institucionais, um caso de disparo de arma de fogo dentro da Câmara Municipal de Belford Roxo, um episódio no qual grupos de oposição à prefeitura e da situação se enfrentaram violentamente naquele espaço político. Parlamentares e apoiadores dos dois

grupos trocaram socos, tapas e outras formas de agressões, culminando em um tiro disparado durante o confronto. A confusão teve início no plenário da câmara e continuou do lado de fora, no estacionamento, quando um parlamentar acionou o esquadrão antibombas da Polícia Militar por julgar ter visto um opositor instalar um explosivo em seu carro. Tratava-se, entretanto, de um rastreador de GPS, constituindo o caso de espionagem que registramos.

A expansão de nosso escopo para a Região Metropolitana trouxe à tona um tipo de violência política muito recorrente e que não observamos quando nosso enfoque se restringia à Baixada Fluminense e à Baía da Ilha Grande: a repressão policial contra manifestações políticas. Sendo o terceiro grupo de casos mais recorrente, as agressões policiais contra manifestantes, as prisões arbitrárias de manifestantes e outras formas de repressão policial a manifestações políticas somam 30 casos, mais de 16% do total. É importante destacar que a maior parte desses casos se refere a manifestações de grupos periféricos, como protestos em favelas contra operações policiais, protesto de mototaxistas e de trabalhadores ambulantes.

Um quarto grupo importante de casos diz respeito às violências que monitoramos contra populações indígenas, fruto da manutenção de nosso interesse pelo estudo da região da Baía da Ilha Grande. Esses grupos são frequentemente invisibilizados no debate sobre violência política em contextos metropolitanos. Registramos uma ameaça de morte e uma agressão física perpetradas contra indígenas, três invasões de aldeias indígenas e um caso de reintegração de posse contra povo indígena. Todos esses fatos ocorreram na Baía da Ilha Grande.

Tendo em vista que as violências letais e os atentados contra a vida são as dinâmicas das agressões mais frequentes no período analisado, as armas de fogo lideram como o meio empregado mais recorrente. Dos 189 casos que coletamos, 52 foram cometidos com armas de fogo, 27% do total. A grande quantidade de casos de repressão a manifestações, incluindo prisões arbitrárias, fez com que as forças policiais fossem o segundo meio mais frequente empregado nas agressões políticas, empatado com meios verbais e virtuais, com 28 casos, 14% do total. Ressalta-se, além disso, que houve sete agressões por arma de fogo cometidas por policiais nesses eventos. Chama atenção também o uso de artefato explosivo em um caso de atentado contra a vida (ver Tabela 2).

TABELA 2 | DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS POR MEIO EMPREGADO NAS AGRESSÕES. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE – 2022 A JUNHO DE 2024

MEIO EMPREGADO	N	%
ARMA DE FOGO	52	27,5%
FORÇA POLICIAL	28	14,8%
VERBAL	28	14,8%
VIRTUAL	28	14,8%
FORÇA FÍSICA	27	14,3%
ARMA DE FOGO (POLICIAIS)	7	3,7%
DENÚNCIAS EM DISPOSITIVO JURÍDICOS, ADMINISTRATIVOS E POLICIAIS	4	2,1%
PEDRA, PAU	4	2,1%
AUTOMÓVEL	2	1,1%
ARTEFATO EXPLOSIVO	1	0,5%
CARTA	1	0,5%
DEPREDAÇÃO	1	0,5%
INVASÃO	1	0,5%
PRESENÇA FORÇADA	1	0,5%
RASTREADOR GPS	1	0,5%
TELEFONE	1	0,5%
SEM INFORMAÇÃO	2	1,1%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Agrupamos as dinâmicas das agressões por tipos de violência política, de modo a analisar esse conjunto de casos de uma maneira menos pulverizada e mais enfocada no conteúdo político dessas ações. No quadro abaixo apresentamos as dinâmicas dos fatos que agrupamos em cada tipo que criamos. É importante observar que para os casos de violências baseadas em ódios raciais, misóginos, transfóbicos e outros, uma mesma agressão pode ter mais

de um conteúdo. Se uma agressão verbal apresentou simultaneamente um discurso racista e transfóbico, por exemplo, criamos um tipo que agrega ambos, como “violência política de gênero transfóbica / violência política racista”, como forma de não subsumir um ao outro (ver Quadro 2).

QUADRO 2 | TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA E SUAS CORRESPONDENTES DINÂMICAS DO FATO

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	DINÂMICA DO FATO
AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	AGRESSÃO FÍSICA
	AGRESSÃO VERBAL
	AMEAÇA
	ESPIONAGEM
	INTIMIDAÇÃO CONTRA MESÁRIOS E AGENTES ELEITORAIS
	PERSEGUIÇÃO COM AUTOMÓVEL
ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS	ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO
	DEPREDAÇÃO DE SÍMBOLO POLÍTICO
	INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO
ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS COM CONTEÚDO RACISTA	DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO
ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTES
	ATAQUE A ATO POLÍTICO
	ATAQUE A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA
	ATAQUE EM CAMINHADA ELEITORAL
	PRISÃO ILEGAL DE MANIFESTANTES
	REPRESSÃO POLICIAL A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	AGRESSÃO FÍSICA
	AMEAÇA
	INVASÃO DE ALDEIA INDÍGENA
	REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONTRA POVO INDÍGENA

QUADRO 2 | TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA E SUAS CORRESPONDENTES DINÂMICAS DO FATO (CONTINUAÇÃO)

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	DINÂMICA DO FATO
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO LESBOFÓBICA	AMEAÇA
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA	AGRESSÃO VERBAL
	AMEAÇA
	DENUNCIÇÃO CALUNIOSA
	INJÚRIA
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO
	AGRESSÃO VERBAL
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA	DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO
	AGRESSÃO VERBAL
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	AGRESSÃO VERBAL
	VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL
	VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AGRESSÃO VERBAL
VIOLÊNCIA POLÍTICA GORDOFÓBICA	AGRESSÃO VERBAL
	AMEAÇA
VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	AGRESSÃO VERBAL
	AMEAÇA
	REPRESSÃO POLICIAL A COLETIVO CULTURAL
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO MISÓGINA E RACISTA	AMEAÇA DE MORTE
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	AMEAÇA DE MORTE
	ATENTADO CONTRA A VIDA
	DESAPARECIMENTO FORÇADO
	DISPARO DE ARMA DE FOGO EM CASA LEGISLATIVA
	EXECUÇÃO

QUADRO 2 | TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA E SUAS CORRESPONDENTES DINÂMICAS DO FATO (CONTINUAÇÃO)

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	DINÂMICA DO FATO
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO TRANSFÓBICA E RACISTA	AMEAÇA DE MORTE
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	AMEAÇA DE MORTE

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

As violências contra a vida com motivação política — que agregam execuções, atentados contra a vida, desaparecimentos forçados, ameaças de morte e disparo de arma de fogo em casa legislativa — lideram o conjunto de agressões que registramos, com 64 casos, quase 34% do total, incluindo três casos com motivação transfóbica e racista, dois com motivação misógina e racista e um contra a vida de povos originários. Em segundo lugar estão as agressões, ameaças e intimidações com motivação política, com 45 casos, cerca de 24% do total. Os ataques a manifestações políticas ocupam a terceira posição com 37 casos, cerca de 20% do total, seguidos dos ataques a espaços e símbolos políticos, com nove casos, 5% do total. Se somarmos todos os casos que envolvem conteúdo de ódio, como ataques racistas, misóginos, transfóbicos, lesbofóbicos e gordofóbicos, temos 33 casos, 17% do total, subindo para a quarta posição. Somando também os ataques contra povos originários, temos sete casos no total, ficando na sexta posição dos tipos mais frequentes de violências políticas que registramos (ver Tabela 3).

TABELA 3 | QUADRO GERAL DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	N	%
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	58	31%
AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	45	24%
ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	37	20%
ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS	9	5%
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	6	3%
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA	6	3%
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	6	3%
VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	6	3%
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	3	2%
VIOLÊNCIA POLÍTICA GORDOFÓBICA	3	2%
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO TRANSFÓBICA E RACISTA	3	2%
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO LESBOFÓBICA	2	1%
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA	2	1%
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO MISÓGINA E RACISTA	2	1%
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	1	1%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Os 64 registros encontrados de violência contra a vida, incluindo as que foram cometidas com conteúdo de ódio e contra povos originários, envolveram 14 ameaças de morte, 24 atentados contra a vida, um desaparecimento forçado, um disparo de arma de fogo contra a vida e 24 execuções (ver Tabela 4). O número elevado de atentados contra a vida indica que o total de execuções que registramos no período poderia, infelizmente, ter dobrado. Sublinhamos, ainda, que o ciclo atual da pesquisa registrou o primeiro desaparecimento forçado de ator político, um método de extermínio que tem sido recorrentemente utilizado por grupos milicianos (Cano e Duarte, 2012; Fórum Grita Baixada, 2016). Outro caso que é importante destacar foi a ocorrência de um disparo de arma de fogo em câmara legislativa, como um indicador do modo pelo qual os próprios espaços institucionais da política são constituídos nos contextos que estudamos.

TABELA 4 | **VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A VIDA POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024**

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	AMEAÇA DE MORTE	ATENTADO CONTRA A VIDA	DESAPARECIMENTO FORÇADO	DISPARO DE ARMA DE FOGO EM CASA LEGISLATIVA	EXECUÇÃO	TOTAL GERAL
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	8	24	1	1	24	58
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO TRANSFÓBICA E RACISTA	3					3
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO MISÓGINA E RACISTA	2					2
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	1					1
TOTAL GERAL	14	24	1	1	24	64

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Outras formas de agressões, ameaças e intimidações com motivação política envolveram 17 agressões físicas, 16 ameaças, nove agressões verbais, um caso de espionagem, uma intimidação contra mesários e agentes eleitorais e uma perseguição de automóvel. O caso de espionagem foi o primeiro que registramos desde o início da pesquisa e consistiu na denúncia de um vereador sobre a instalação de um aparelho rastreador de GPS em seu carro, em Belford Roxo, em um evento sobre o qual falaremos de modo detido mais adiante. Outro caso grave a ser sublinhado é a intimidação contra uma mesária nas eleições de 2022 em Niterói. Um policial bolsonarista, ao perceber que ela tinha um adesivo contra Bolsonaro colado em sua bolsa, a intimidou. A recorrência das agressões físicas, verbais e ameaças, bem como esses casos de espionagem e constrangimento de uma mesária durante o processo eleitoral, são indicadores do modo violento pelo qual a vida política se desdobra nas regiões que estudamos. O caso de perseguição com automóvel é uma forma grave de intimidação, já que eventos que envolvem execuções e atentados contra a vida muitas vezes apresentam essa dinâmica (ver Tabela 5).

TABELA 5 | AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AGRESSÃO FÍSICA	17
AMEAÇA	16
AGRESSÃO VERBAL	9
ESPIONAGEM	1
INTIMIDAÇÃO CONTRA MESÁRIOS E AGENTES ELEITORAIS	1
PERSEGUIÇÃO COM AUTOMÓVEL	1
TOTAL GERAL	45

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Os nove ataques a espaços e símbolos políticos que registramos envolveram quatro ataques a espaço político institucional, dois casos de depredação de símbolo político, duas invasões de espaços políticos e uma depredação de espaço político com conteúdo de ódio racial (ver Tabela 6). Esses ataques, mesmo que não representem um conjunto numeroso de casos em relação

ao total de ocorrências que coletamos no período, devem ser observados como eventos nos quais a violência política se manifesta por duas vias altamente deletérias para a construção de modos democráticos de exercício da vida pública. Na primeira dessas vias, elas implicam a invasão violenta de espaços institucionais da política, o que consiste em uma violação autoritária de âmbitos da vida política que deveriam operar pela lógica da promoção e da proteção de direitos. Os dois casos ocorreram em Belford Roxo, onde políticos de destaque na cidade invadiram a câmara e uma secretaria municipais e promoveram cenas de truculência e intimidação. Trata-se de dois casos que mostram uma recorrência que nossa pesquisa vem demonstrando ao longo dos últimos anos: o modo pelo qual os políticos locais lançam mão da violência como tática para o exercício do poder. A outra via pela qual esses ataques se manifestam consiste em casos nos quais estão presentes ódios políticos graves: expressões de racismo, misoginia, e intolerância em relação a ideologias políticas de natureza democrática. Esses casos são emblemáticos da presença de discursos de ódio e da atuação organizada de grupos que promovem violência política com essa plataforma central nos horizontes de atuação da extrema-direita.

TABELA 6 | ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO	4
DEPREDAÇÃO DE SÍMBOLO POLÍTICO	2
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	2
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1
TOTAL GERAL	9

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Outra rubrica grave das violências políticas que coletamos é a que diz respeito a ataques contra atos e manifestações políticas. Tivemos, assim, 11 casos de prisões arbitrárias e dez agressões policiais contra manifestantes em nove cenas de repressão policial a manifestações políticas, cinco casos de ataques a atos políticos (principalmente atos de campanha), um ataque a manifestação política

e um ataque a caminhada eleitoral promovidos por grupos de extrema-direita (ver Tabela 7). Aqui temos um cenário que congrega tanto a atuação violenta do Estado em relação ao direito de manifestação e reunião políticas quanto a demonstração da presença violenta e organizada de grupos de extrema-direita na vida pública. Um fator a se destacar nesse quadro é que, com exceção de uma manifestação de profissionais de enfermagem e uma de professores, todas as demais ocorrências de repressão policial a manifestações que registramos se dirigiram contra trabalhadores ambulantes e moradores de favelas e tiveram lugar em áreas periféricas das zonas Norte e Oeste.

TABELA 7 | ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
PRISÃO ARBITRÁRIA DE MANIFESTANTES	11
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTE	10
REPRESSÃO POLICIAL A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	9
ATAQUE A ATO POLÍTICO	5
ATAQUE A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	1
ATAQUE EM CAMINHADA ELEITORAL	1
TOTAL GERAL	37

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

No caso das manifestações em favelas, boa parte do material jornalístico que utilizamos como fonte sequer reconhece o caráter político desses protestos, adotando uma linguagem de criminalização das manifestações de moradores de favelas contra a brutalidade policial e a violência de Estado. É fundamental que os estudos sobre violência política não se alinhem a essa visão preconceituosa e discriminatória sobre os modos de organização e luta política de populações periféricas e faveladas, não compactuando com narrativas que costumam tratar os protestos em favelas como instrumento dos grupos armados.

VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COM MOTIVAÇÃO DE ÓDIO

Além das violências políticas contra a vida, das agressões físicas, ameaças e intimidações, dos ataques a espaços e símbolos políticos e dos ataques e ações de repressão do Estado contra manifestações, um quinto grupo ocupou parte considerável dos casos que coletamos e requer destaque: o conjunto de violências políticas com motivação de ódio. Dos 189 casos registrados no período, 58 tiveram motivações de ódio, quase um terço do total (ver Tabela 8). Trata-se de violências motivadas pelo racismo, pela misoginia, pela transfobia, pela lesbofobia e por outras formas de discriminação e ódios ideológicos. Estes são episódios que trazem à cena política a presença de formas históricas de opressão. Julgamos que tais manifestações são potencializadas pela presença do bolsonarismo na vida política. De certa forma, podemos dizer, ainda que de forma intuitiva, que o chamado bolsonarismo tem sido razoavelmente bem-sucedido na articulação de uma plataforma ideológica capaz de organizar e expressar esses modos autoritários de atuação, firmando-se como um canal de difusão de discursos de ódio e tornando-os parte recorrente do vocabulário da vida pública fluminense.

TABELA 8 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COM MOTIVAÇÃO DE ÓDIO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

HOUVE MOTIVAÇÃO DE ÓDIO NAS AGRESSÕES?	N	%
NÃO	131	69%
SIM	58	31%
TOTAL	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Como mostra a Tabela 9, entre os tipos de violência política que formam esse grupo, as agressões com motivações racistas, de discriminação de gênero e sexualidade foram as formas mais frequentes de expressão do ódio implicadas nos casos que coletamos. É importante destacar que houve também um conjunto considerável de agressões, ameaças, intimidações, ataques a atos e manifestações políticas, assim como ataques contra povos indígenas.

TABELA 9 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COM MOTIVAÇÃO DE ÓDIO POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE – 2022 A JUNHO DE 2024

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	N
AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	7
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	6
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA	6
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	6
VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	6
ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	5
ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS	4
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	3
VIOLÊNCIA POLÍTICA GORDOFÓBICA	3
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO TRANSFÓBICA E RACISTA	3
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	2
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO LESBOFÓBICA	2
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA	2
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO MISÓGINA E RACISTA	2
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	1
TOTAL	58

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Como forma de visualizar melhor essas expressões de ódio, agrupamos as violências em três tipos: raça, gênero, LGBTQIAPN+fobia e outras discriminações; ódios partidários e ideológicos; e contra povos originários e comunidades tradicionais (ver Tabela 10). O racismo e as discriminações de gênero e sexualidade foram as formas mais frequentes de ódio nas modalidades de violência que registramos, compreendendo mais da metade dos casos. Os ódios partidários, motivados, sobretudo, pelo bolsonarismo e por expressões

políticas de extrema-direita, vêm em segundo lugar, com quase um terço do total. Houve, além disso, sete casos dirigidos contra povos indígenas, todos nos municípios de Paraty e Mangaratiba, na região da Baía da Ilha Grande.

TABELA 10 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COM MOTIVAÇÃO DE ÓDIO AGRUPADAS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

	N
RAÇA, GÊNERO, LGBTQIAPN+FOBIA E OUTRAS DISCRIMINAÇÕES	33
ÓDIOS PARTIDÁRIOS E IDEOLÓGICOS	18
CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	7
TOTAL	58

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

O racismo, as violências de gênero, a LGBTQIAPN+fobia, o ódio contra povos indígenas e comunidades tradicionais e os processos continuados de genocídio contra essas populações são modos historicamente consolidados de manter longe do poder forças populares que são imprescindíveis para que se consolidem horizontes verdadeiramente democráticos para a política no Brasil. O controle do poder e dos meios de produção da violência nas mãos de elites políticas e econômicas, brancas e predominantemente masculinas, é uma marca dos modos de constituição do poder no Brasil (Leal, 1976; Faoro, 2008). Em todos os casos que envolvem ódios políticos que coletamos, vemos o exercício dessas formas de poder. Os agressores são, em sua totalidade, homens brancos, muitos deles políticos no exercício de suas atividades oficiais. Diversas agressões racistas, misóginas e LGBTQIAPN+fóbicas ocorreram em plenários de casas legislativas e gabinetes do poder.

No repertório das violências com motivações racistas, de gênero, LGBTQIAPN+fóbicas e de outras formas de discriminação, as agressões verbais ocupam um terço dos casos. É importante frisar que a segunda forma de agressão mais recorrente nesse tipo de violência com motivação de ódio foram as ameaças de morte, com sete casos. Isso quer dizer que as pessoas hostilizadas nessas ocorrências não são apenas alvo de formas graves de discriminação, mas têm suas vidas concretamente ameaçadas.

TABELA 11 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS DECORRENTES DE ÓDIOS DE RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE E OUTRAS DISCRIMINAÇÕES POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AGRESSÃO VERBAL	11
AMEAÇA DE MORTE	7
AMEAÇA	5
DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	2
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	2
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AGRESSÃO VERBAL	2
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1
INJÚRIA	1
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1
REPRESSÃO POLICIAL A COLETIVO CULTURAL	1
TOTAL	33

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Já nas violências motivadas por ódios partidários e ideológicos, o modo mais frequente de agressão foram os ataques a atos políticos (ver Tabela 12). Em todas essas ocorrências, tivemos a atuação de grupos políticos de extrema-direita alinhados ao bolsonarismo. Destaque-se que houve dois casos que envolveram ameaças de morte. Outra ocorrência a sublinhar foi a violência contra uma mesária nas eleições de 2022, também motivada pelo bolsonarismo.

TABELA 12 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS DECORRENTES DE ÓDIOS PARTIDÁRIOS E IDEOLÓGICOS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
ATAQUE A ATO POLÍTICO	5
AGRESSÃO FÍSICA	3
AMEAÇA	2
AMEAÇA DE MORTE	2
DEPREDAÇÃO DE SÍMBOLO POLÍTICO	2
AGRESSÃO VERBAL	1
ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO	1
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO COM CONTEÚDO DE ÓDIO RACIAL	1
INTIMIDAÇÃO CONTRA MESÁRIOS E AGENTES ELEITORAIS	1
TOTAL	18

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

No que se refere aos ataques contra povos indígenas, registramos três invasões a aldeias. Em todas ocorreram agressões físicas ou ameaças, incluindo ameaças de morte. Em uma dessas invasões, houve também a aplicação de dispositivo de reintegração de posse por parte do Estado, como um mecanismo jurídico de opressão.

TABELA 13 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS POR DINÂMICA DO FATO. BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
INVASÃO DE ALDEIA INDÍGENA	3
AGRESSÃO FÍSICA	1
AMEAÇA	1
AMEAÇA DE MORTE	1
REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONTRA POVO INDÍGENA	1
TOTAL	7

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

A presença de agentes do Estado, como políticos no exercício de suas funções, em casos de violências com motivação de ódio define não apenas a aplicação dos meios de produção da violência no exercício do poder político, mas o seu alinhamento a ideologias autoritárias e discriminatórias.

VIOLÊNCIA POLÍTICA NAS SUBÁREAS E NOS MUNICÍPIOS

No que se refere à distribuição dos casos de violência política pelas regiões que estudamos, a capital teve 96 ocorrências, concentrando 51% do total. Em segundo lugar vem a Baixada Fluminense, com 53 casos (28%), seguida do Leste Metropolitano, com 26 casos (14%), e da Baía da Ilha Grande, com 14 (7%) (ver Tabela 14).

TABELA 14 | DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS POR REGIÃO E ANO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

REGIÃO	2022	2023	2024 (1º SEM)	TOTAL	%
CAPITAL	35	47	14	96	51%
BAIXADA FLUMINENSE	20	26	6	52	28%
LESTE METROPOLITANO	14	11	2	27	14%
BAÍA DA ILHA GRANDE	11	3		14	7%
TOTAL GERAL	80	87	22	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Chama atenção que a capital tenha tido um aumento considerável de casos de 2022 para 2023. A Baixada Fluminense também apresentou aumento no mesmo período, ainda que menos significativo. No primeiro semestre de 2024 a capital apresentou uma tendência de manutenção de um alto patamar e a Baixada, uma desaceleração.

Quando olhamos a distribuição dos casos de violência política, Niterói, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Angra dos Reis são os cinco municípios que aparecem com mais ocorrências depois da capital, que, como já descrevemos, concentra a maioria dos casos que monitoramos no período. Itaguaí, Mangaratiba, São Gonçalo, Nilópolis, Queimados, Itaboraí, Paraty, Magé, São João de Meriti e Mesquita completam a lista de municípios da Região Metropolitana que, juntamente com a Baía da Ilha Grande, apresentaram casos de violência política, todos com cinco ou menos ocorrências (ver Tabela 15).

TABELA 15 | DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS POR MUNICÍPIO E ANO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

MUNICÍPIO DO FATO	2022	2023	2024 (1º SEM)	TOTAL	%
RIO DE JANEIRO	35	47	14	96	50,8%
NITERÓI	10	6	1	17	9,0%
BELFORD ROXO	5	11		16	8,5%
DUQUE DE CAXIAS	4	8	1	13	6,9%
NOVA IGUAÇU	5	1	2	8	4,2%
ANGRA DOS REIS	6			6	3,2%
ITAGUAÍ	3	1	1	5	2,6%
MANGARATIBA	5			5	2,6%
SÃO GONÇALO	3	2		5	2,6%
NILÓPOLIS	3			3	1,6%
QUEIMADOS		4		4	2,1%
ITABORAÍ		3		3	1,6%
PARATY		3		3	1,6%
MAGÉ		1	1	2	1,1%
SÃO JOÃO DE MERITI			2	2	1,1%
MESQUITA	1			1	0,5%
TOTAL GERAL	80	87	22	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Em Niterói, o conjunto de violências políticas que monitoramos apresenta forte relação com ódios políticos, sobretudo o racismo e a transfobia. Grande parte dos casos que registramos no município foi cometido contra apenas uma vítima, uma vereadora negra, travesti e vinculada à religião de matriz africana. Metade dos casos que encontramos no município foram agressões cometidas contra ela, incluindo quatro das seis ameaças de morte que registramos. Ela também foi alvo de agressões verbais com conteúdo racista e transfóbico perpetradas por outros vereadores. Monitoramos, ainda, dois casos de violência institucional contra a mesma vereadora que consistiram em denúncias infundadas no Conselho de Ética, igualmente motivadas pelo racismo e pela transfobia. Ela sofreu, ainda, insultos racistas e transfóbicos por parte de um deputado estadual em discurso na Alerj. Além das violências cometidas contra essa vereadora, Niterói registrou outros casos marcados por comportamentos de ódio. Painéis na exposição “Presença D’Elas: a potência da mulher preta”, instalados no Centro da cidade, foram vandalizados e tiveram que ser recolocados pela prefeitura, que promovia a mostra antirracista. O único caso que registramos de violência contra agentes eleitorais também ocorreu em Niterói, nas eleições de 2022, e se relaciona com ódios ideológicos decorrentes do bolsonarismo. Um policial militar bolsonarista agrediu uma mesária que portava um adesivo com a mensagem “Fora Bolsonaro”. A presença de parlamentares bolsonaristas e a difusão do bolsonarismo como ideologia tiveram um peso considerável no conjunto de casos que registramos no município.

As agressões físicas foram a modalidade de violência que predominou em Belford Roxo, principalmente em decorrência dos conflitos deflagrados em 2023 pelo racha entre o prefeito e um deputado estadual que era seu vice. O rompimento da aliança entre esses dois políticos engendrou um conjunto de animosidades e disputas pelo poder que produziu cenas de violência, inclusive, nos espaços da política institucional. As movimentações políticas de um dos principais líderes da cidade retiraram grande parte da base de apoio de que o prefeito dispunha na câmara municipal. Em uma cena à qual já nos referimos, o prefeito compareceu com um grupo de apoiadores a uma sessão da câmara, em 2023, na qual os aliados do vice-prefeito buscavam derrubar o presidente da casa, ligado ao grupo do prefeito, gerando uma confusão generalizada. Ocorreu, nessa cena, uma série de agressões, incluindo um disparo de arma de fogo. O próprio prefeito protagonizou algumas dessas hostilidades, tanto

como alvo de agressões quanto como autor delas². Em outra ocasião, aliados do deputado estadual invadiram a sala de uma secretaria municipal e promoveram cenas de hostilidade e intimidações contra os funcionários³. As tramas das disputas pelo poder local decorrentes dessa quebra de aliança entre dois políticos com grande poder no município ilustram de modo exemplar a maneira pela qual a desestabilização dos acordos políticos gera movimentos conflituos que não operam apenas pelos parâmetros formais da institucionalidade. Os modos violentos de expressão do poder penetram, assim, nos espaços formais de exercício da política. Esses enredos são também um indicador da constituição violenta das instituições políticas nesses contextos marcados pela atuação armada de elites locais (Alves, 2003). São, finalmente, uma expressão cabal da opção pelo uso da força como mediação de conflitos e disputas por hegemonia em detrimento dos canais e procedimentos próprios aos sistemas políticos representativos e constitucionais.

Duque de Caxias apresentou um conjunto de casos característico da presença de grupos armados e de práticas de pistolagem na política. Ali predominaram os atentados contra a vida e ameaças contra políticos com atuação institucional e vínculos formais no legislativo e no executivo — atingindo, igualmente, outras pessoas ligadas a eles. Os dois assassinatos que registramos no período em Caxias foram cometidos contra um assessor legislativo e um assessor da prefeitura, o que parece confirmar que mesmo o papel de suporte ou auxiliar político pode ser uma atividade de risco na região. Da mesma forma que ocorreu em Belford Roxo, houve um evento violento na Câmara Municipal de Duque de Caxias durante uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava contratações supostamente irregulares pela prefeitura. Na ocasião, diversos parlamentares proferiram agressões verbais uns contra os outros.

-
2. GRINBERG, Felipe. Sessão da Câmara de Belford Roxo termina em pancadaria e vereador é agredido no rosto; vídeo. *O Globo*, 27 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/09/27/sessao-da-camara-de-belford-roxo-termina-em-pancadaria-e-vereador-e-agredido-no-rosto-video.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2023.
 3. O DIA. Vereadores invadem a Secretaria de Serviços Públicos de Belford Roxo e coagem servidores. *O Dia*, 24 out. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/belford-roxo/2023/10/6729854-vereadores-invadem-secretaria-de-servicos-publicos-e-coagem-servidores-em-belford-roxo.html>. Acesso em: 13 ago. 2023.

O exercício violento do poder político e institucional no município da Baixada Fluminense também teve expressão durante uma manifestação de professores na qual seguranças de um ex-prefeito da cidade agrediram docentes.

Já em Nova Iguaçu encontramos casos que se relacionam exclusivamente com o emprego da violência armada como instrumento de eliminação de adversários políticos. Foram quatro execuções e quatro atentados contra a vida, todos contra pessoas com atuação na política institucional, como assessores(as), candidatos(as), pré-candidatos(as) e secretários(as).

Angra dos Reis apresentou uma particularidade no período: foi a única cidade em que todas as violências que monitoramos foram cometidas contra mulheres: uma vereadora e uma militante política. A parlamentar sofreu uma ameaça, uma injúria, duas denúncias caluniosas e teve seu gabinete invadido. Ao se separar do marido — que a lançou na política local — e romper politicamente com ele, a vereadora passou a ser alvo de uma série de agressões por parte dele. O ex-marido já vinha há alguns anos buscando se projetar politicamente no município no bojo da onda bolsonarista. Ele atua como “policia influencer”, estratégia que tem lançado diversos policiais na política no campo do bolsonarismo e da extrema-direita. Como não tinha ainda os requisitos formais para se licenciar da polícia para se candidatar, quem se apresentou nas urnas foi sua esposa, que incorporou seu nome. A adoção dos nomes de maridos, pais, tios ou padrinhos políticos é algo recorrente no contexto fluminense quando famílias políticas chefiadas por homens lançam mulheres nas disputas pelo poder. Nos vídeos e demais materiais de campanha, entretanto, a presença predominante era a do marido, que aparecia fardado, construindo uma narrativa do heroísmo policial típica dos estereótipos e estetizações que estão presentes nos processos de politização das polícias. Ao ser eleita e assumir o cargo, a parlamentar buscou uma atuação que contrariava os interesses e posições do marido. Houve, assim, o rompimento entre os dois e começaram as agressões contra a parlamentar. Uma dimensão da violência política de gênero que é revelada por este caso é a noção de que a presença feminina na política só seria aceitável se tutelada pelo poder político exercido por homens.

Já a militante política foi agredida por um bolsonarista com uma madeirada na cabeça durante a campanha de 2022, no Centro de Angra dos Reis. A vítima havia saído de um evento de campanha e estava em um bar quando um bolsonarista começou a proferir ofensas contra ela e a atingiu com um pedaço de pau.

Itaguaí foi outro município marcado pela violência armada na política. Ocorreram duas execuções — de um ex-secretário municipal e sua esposa —, dois atentados contra a vida e uma ameaça que tinham vereadores como alvo. São Gonçalo, Nilópolis, Queimados, Itaboraí, Magé, São João de Meriti e Mesquita apresentam o mesmo padrão, com execuções, atentados contra a vida, ameaças e agressões físicas como modos violentos de disputa do poder local.

Em Magé, além de um caso de execução, houve uma grave violência com conteúdo de ódio. O monumento em homenagem à líder quilombola Maria Conga, localizado no Píer da Piedade, foi vandalizado. A estátua foi depredada com o desenho de uma suástica e teve arrancada a placa que a identificava e fornecia outras informações históricas. Trata-se, portanto, de uma violência com conteúdo racista e nazista. Com o cenário recente de avanço da extrema-direita no Brasil, é necessário que estas manifestações de ódio não sejam subestimadas.

Em Paraty e Mangaratiba houve casos que incidiram quase exclusivamente contra povos indígenas — apenas uma ameaça em Mangaratiba não se dirigiu contra esses povos. Em Paraty, a Terra Indígena Tekoha Jevy, também conhecida como Aldeia Rio Pequeno, foi invadida duas vezes por um homem que proferiu ofensas racistas e ameaças contra indígenas. Aos gritos de “Índio não presta, tem que morrer”, entre outros xingamentos, o agressor fez ameaças a uma indígena e foi embora. Esta foi a segunda vez que as terras foram invadidas. A vice-cacique da aldeia, Neusa Kunhã Takuá Martine, além de registrar a ameaça na delegacia de polícia local, acionou o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e a Articulação dos Povos Indígenas (ARPIN Sudeste). Em 2018, quando a aldeia também foi invadida, houve o assassinato do filho do cacique Demércio, João Mendonça Martins, durante conflito com invasores que buscavam se apropriar da terra indígena. Desde então a aldeia vem sofrendo inúmeras ameaças por parte de grupos que têm interesse nas terras, incluindo madeireiros. Em agosto de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação civil pública com pedido de liminar para que fosse determinado à Funai o imediato prosseguimento do processo de demarcação do território. Há cerca de 60 anos, a área passou a ser alvo de invasões por não indígenas e de ataques violentos, que levaram à expulsão de famílias de um dos povos que lá viviam, os Guarani Mbya, e ao confinamento dos Guarani Ñandeva.

Em Mangaratiba, indígenas do território Cunhambebe Pindorama, que habitam o Parque Estadual do Cunhambebe, denunciaram, em 2022, que o prefeito Alan Campos da Costa teria “agredido fisicamente uma indígena” e proferido falas racistas e preconceituosas. O caso ocorreu durante a atuação da prefeitura em um processo de reintegração de posse da área ocupada pelos indígenas. De acordo com o diretor da União Nacional Indígena (UNI), Turymatã Pataxó, o movimento, intitulado “Retomada Cunhambebe”, busca retomar a posse do território de valor ancestral para os Tupinambás e realizar a autodemarcação da área como Terra Indígena.

O assédio contra terras indígenas e comunidades tradicionais é uma fonte central dos conflitos na Baía da Ilha Grande e uma dimensão importante da violência política na região. Elites econômicas e políticas atuam violentamente há muitas décadas, expulsando indígenas, quilombolas e caiçaras de suas terras. A abertura da rodovia Rio-Santos pelo regime empresarial-militar, com a promoção de uma política de ampliação do interesse turístico da região, estabeleceu uma frente de especulação imobiliária com a apropriação privada de terras e de águas. Esse processo tem atingido violentamente esses povos originários e comunidades tradicionais que lutam para manter seus modos de vida e vínculos ancestrais com o território.

PERFIL DAS VÍTIMAS

Nos 189 casos que coletamos, encontramos 170 vítimas diretas e 19 vítimas indiretas (ver Tabela 16). Essas últimas podem não ter atuação política, mas contamos como vítimas de violência política por terem sofrido ataques em virtude de agressões dirigidas contra alvos com atuação política.

TABELA 16 | VÍTIMAS/ALVOS DIRETOS E INDIRETOS DAS AGRESSÕES POLÍTICAS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

TIPO DE VÍTIMA	N	%
DIRETA	170	90%
INDIRETA	19	10%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

No que se refere ao perfil etário das vítimas, como temos mostrado nos últimos ciclos, predominam as pessoas acima de 40 anos, mais de um terço do total, e mais de 60% dos casos válidos.

TABELA 17 | IDADE DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

IDADE	N	%	% POR FAIXA
11	1	0,5%	2%
18	1	0,5%	
19	1	0,5%	
22	1	0,5%	6,3%
27	2	1,1%	
28	5	2,6%	
29	4	2,1%	

TABELA 17 | IDADE DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA.
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE —
2022 A JUNHO DE 2024 (CONTINUAÇÃO)

IDADE	N	%	% POR FAIXA
30	11	5,8%	15,9%
31	3	1,6%	
32	1	0,5%	
33	2	1,1%	
34	2	1,1%	
35	4	2,1%	
37	5	2,6%	
38	1	0,5%	
39	1	0,5%	
40	4	2,1%	
41	11	5,8%	20,6%
43	1	0,5%	
44	3	1,6%	
45	2	1,1%	
46	3	1,6%	
47	12	6,3%	
48	2	1,1%	
49	1	0,5%	
50	2	1,1%	9,5%
52	2	1,1%	
53	6	3,2%	
56	4	2,1%	
57	2	1,1%	
59	2	1,1%	

TABELA 17 | IDADE DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA.
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE —
2022 A JUNHO DE 2024 (CONTINUAÇÃO)

IDADE	N	%	% POR FAIXA
60	1	0,5%	2,6%
61	1	0,5%	
65	1	0,5%	
67	1	0,5%	
69	1	0,5%	
72	2	1,1%	1,6%
73	1	0,5%	
N/A	30	15,9%	41,8%
SEM INFORMAÇÃO	49	25,9%	
TOTAL GERAL	189	100%	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Os homens cis, como nos ciclos anteriores de nossa pesquisa, foram os alvos mais frequentes das agressões, com 99 vítimas — 52% do total e quase 70% dos casos válidos (ver Tabela 18) —, bem como as pessoas brancas, com 74 vítimas — 39% do total e 60% dos casos válidos (ver Tabela 19). Como temos insistido ao longo desses quatro ciclos de pesquisa, a predominância de homens cis brancos entre as vítimas das violências políticas que monitoramos é resultado da concentração do poder político nas mãos de pessoas com este perfil.

A expansão de nosso escopo de pesquisa para toda a Região Metropolitana possibilitou que registrássemos violências políticas contra pessoas trans (foram 12 casos, ocorridos principalmente em Niterói) e que ampliássemos o número de violências coletadas contra pessoas negras (registramos 44 casos no atual ciclo). Pela primeira vez também, coletamos casos de violências contra indígenas, todos na Baía da Ilha Grande.

TABELA 18 | VÍTIMAS POR GÊNERO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

GÊNERO DAS VÍTIMAS	N	%
HOMEM CIS	99	52,4%
MULHER CIS	31	16,4%
TRAVESTI	11	5,8%
MULHER TRANS	1	0,5%
N/A	33	17,5%
SEM INFORMAÇÃO	14	7,4%
TOTAL GERAL	189	100,0%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

TABELA 19 | VÍTIMAS POR RAÇA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

COR/RAÇA DAS VÍTIMAS	N	%
BRANCO(A)	74	39,2%
NEGRO(A)	44	23,3%
INDÍGENA	5	2,6%
N/A	27	14,3%
SEM INFORMAÇÃO	39	20,6%
TOTAL GERAL	189	100,0%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

No que se refere às dinâmicas das agressões em relação ao gênero das vítimas, as violências contra homens cis concentram as execuções e outras violências contra a vida (ver Tabela 20), enquanto as mulheres cis são atacadas verbalmente, com maior recorrência de ataques contra a reputação, como injúria e denúncias caluniosas (ver Tabela 21). Não podemos perder de vista, entretanto, que houve três execuções de mulheres e quatro ameaças de morte contra elas no período analisado. Já mulheres travestis e trans foram alvo predominantemente de agressões verbais e ameaças de morte (ver Tabela 22). Essas variações dos modos de agressão em relação ao gênero dos alvos

da violência política corroboram o que outros estudos sobre o tema (Barbieri et al., 2023; Instituto Marielle Franco, 2023) têm apontado. Em relação aos homens, indicam que estes concentram os casos que envolvem o emprego do poder de matar, reiterando o padrão de que eles ocupam o centro das disputas das elites políticas locais por meio do acesso às armas de fogo. Já as violências contra mulheres cis demonstram que os espaços da política dominados pela masculinidade impõem juízos sobre as mulheres que buscam sua desmoralização pública. As mulheres travestis e trans, por sua vez, são alvo de agressões que buscam desumanizá-las, desqualificá-las enquanto atores políticos e pressionar seus mandatos com ameaças de morte. É preciso sublinhar, além disso, que houve dois casos de transfobia que implicaram violência institucional, com emprego de processos arbitrários em comissões de ética de câmaras municipais.

TABELA 20 | AGRESSÕES POLÍTICAS CONTRA HOMENS CIS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
ATENTADO CONTRA A VIDA	22
EXECUÇÃO	21
AMEAÇA	13
AGRESSÃO FÍSICA	10
AGRESSÃO VERBAL	10
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTE	9
AMEAÇA DE MORTE	8
ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO	3
ATAQUE EM CAMINHADA ELEITORAL	1
DESAPARECIMENTO FORÇADO OU SEQUESTRO	1
ESPIONAGEM	1
TOTAL GERAL	99

FONTES: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

TABELA 21 | AGRESSÕES POLÍTICAS CONTRA MULHERES CIS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AGRESSÃO FÍSICA	6
AMEAÇA	5
AGRESSÃO VERBAL	4
AMEAÇA DE MORTE	4
EXECUÇÃO	3
ATENTADO CONTRA A VIDA	2
DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	2
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTE	1
INJÚRIA	1
INTIMIDAÇÃO CONTRA MESÁRIOS E AGENTES ELEITORAIS	1
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1
PERSEGUIÇÃO COM AUTOMÓVEL	1
TOTAL GERAL	31

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA

TABELA 22 | AGRESSÕES POLÍTICAS CONTRA MULHERES TRANS E TRAVESTIS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AGRESSÃO VERBAL	4
AMEAÇA DE MORTE	4
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	2
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AGRESSÃO VERBAL	2
TOTAL GERAL	12

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

As dinâmicas das agressões em relação à cor/raça das vítimas revelam a concentração de violências contra a vida dirigidas a pessoas brancas — a maioria homens (ver Tabela 23) —, reiterando a concentração do poder de matar como elemento das disputas intra e entre elites políticas locais. As pessoas negras, ainda que tenham um acesso muito menor ao poder político e aos meios de produção da violência, não estão menos expostas às violências contra a vida. Como vemos na Tabela 24, há uma concentração de casos de ameaças de morte, execuções e atentados contra pessoas negras. Esses dados devem ser interpretados, na verdade, como um maior risco relativo de pessoas negras serem vítimas de violências políticas contra a vida. Tendo menor acesso aos espaços de poder e não participando na mesma proporção de pessoas brancas das disputas intra e entre elites políticas, estão também altamente expostas a agressões que ameaçam suas vidas. No que se refere a violências contra pessoas indígenas, temos os casos já comentados de violências envolvendo seus territórios (ver Tabela 24).

TABELA 23 | AGRESSÕES POLÍTICAS CONTRA PESSOAS BRANCAS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AMEAÇA	15
EXECUÇÃO	15
ATENTADO CONTRA A VIDA	11
AGRESSÃO VERBAL	8
AGRESSÃO FÍSICA	7
AMEAÇA DE MORTE	7
ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO	3
DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	2
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTE	1
ATAQUE EM CAMINHADA ELEITORAL	1
ESPIONAGEM	1
INJÚRIA	1
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1
PERSEGUIÇÃO COM AUTOMÓVEL	1
TOTAL GERAL	74

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

TABELA 24 | AGRESSÕES POLÍTICAS CONTRA PESSOAS NEGRAS POR DINÂMICA DO FATO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE – 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AGRESSÃO VERBAL	10
AMEAÇA DE MORTE	8
EXECUÇÃO	7
AGRESSÃO FÍSICA	4
ATENTADO CONTRA A VIDA	4
AMEAÇA	3
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTE	2
DEPREDAÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	2
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	2
DESAPARECIMENTO FORÇADO OU SEQUESTRO	1
REPRESSÃO POLICIAL A COLETIVO CULTURAL	1
TOTAL GERAL	44

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Quando observamos a situação política das vítimas, nossos dados confirmam o que já temos analisado nos ciclos anteriores: os cargos relativos à municipalidade são especialmente afetados pela violência política. As agressões dirigidas a pessoas ligadas a cargos municipais remontam a mais de 35% do total. Somente contra vereadores, identificamos 42 agressões no período. O segundo alvo mais frequente das violências políticas foram manifestantes, com 26 casos, 13% do total, reforçando o peso das ações de repressão a manifestações e ataques a atos políticos que registramos neste ciclo. Já os deputados estaduais foram a terceira categoria mais atacada, com 14 casos, 7,4% do total. Ao incluirmos a capital neste ciclo da pesquisa, passamos a captar casos ocorridos na Alerj e contra deputados estaduais atacados na cidade do Rio de Janeiro.

TABELA 25 | VÍTIMAS OU ALVOS POR ATUAÇÃO/SITUAÇÃO POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

ATUAÇÃO POLÍTICA DAS VÍTIMAS OU DOS ALVOS	N	%
VEREADOR(A)	42	22,2%
MANIFESTANTE(S)	26	13,8%
DEPUTADO(A) ESTADUAL	14	7,4%
VÍTIMA INDIRETA SEM ATUAÇÃO POLÍTICA	10	5,3%
MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	8	4,2%
CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) FEDERAL	6	3,2%
ASSESSOR(A)	5	2,6%
ATO PRÉ-CAMPANHA	5	2,6%
CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) ESTADUAL	5	2,6%
PRÉ-CANDIDATO(A) A VEREADOR(A)	5	2,6%
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL	5	2,6%
ATO POLÍTICO DE CAMPANHA	4	2,1%
APOIADOR(A) POLÍTICO	3	1,6%
DEPUTADO(A) FEDERAL	3	1,6%
SEGURANÇA	3	1,6%
POVOS INDÍGENAS	3	1,6%
EX-CANDIDATO(A) A VEREADOR(A)	2	1,1%
EX-SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL	2	1,1%
LÍDER COMUNITÁRIO(A)	2	1,1%
LIDERANÇA RELIGIOSA	2	1,1%
PARTICIPANTE DE ASSEMBLEIA ESTUDANTIL	2	1,1%
PREFEITO(A)	2	1,1%
SUPLENTE DE VEREADOR(A)	2	1,1%
FAIXA, CARTAZ OU BANDEIRA POLÍTICA	2	1,1%
TERRA INDÍGENA	2	1,1%
GRUPO DE VEREADORES	2	1,1%

TABELA 25 | **VÍTIMAS OU ALVOS POR ATUAÇÃO/SITUAÇÃO POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024 (CONTINUAÇÃO)**

ATUAÇÃO POLÍTICA DAS VÍTIMAS OU DOS ALVOS	N	%
CABO ELEITORAL	2	1,1%
ATIVISTA	1	0,5%
EX-CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) FEDERAL	1	0,5%
EX-PREFEITO(A)	1	0,5%
EX-VEREADOR(A)	1	0,5%
GOVERNADOR(A)	1	0,5%
LIDERANÇA INDÍGENA	1	0,5%
MESÁRIO(A)	1	0,5%
MILITANTE PARTIDÁRIO(A)	1	0,5%
PRÉ-CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) FEDERAL	1	0,5%
PRÉ-CANDIDATO(A) A GOVERNADOR(A)	1	0,5%
PRÉ-CANDIDATO(A) A PREFEITO(A)	1	0,5%
PROCURADOR(A) DO MUNICÍPIO	1	0,5%
SUBPREFEITO(A)	1	0,5%
SUPLENTE DE DEPUTADO(A) FEDERAL	1	0,5%
DIRETÓRIO DE PARTIDO	1	0,5%
COLETIVO CULTURAL	1	0,5%
CÂMARA MUNICIPAL	1	0,5%
AMIGO(A) DE DEPUTADO(A) FEDERAL	1	0,5%
MONUMENTO ANTIRRACISTA	1	0,5%
EX-CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) ESTADUAL	1	0,5%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Uma novidade que o atual ciclo da pesquisa apresentou foi o fato de que observamos uma concentração de violências contra atores políticos filiados a determinadas legendas partidárias. Quando trabalhávamos apenas com a Baixada Fluminense e com a Baía da Ilha Grande, tínhamos uma dispersão de casos contra pessoas filiadas a diferentes legendas. Desse modo, a filiação partidária importava pouco como fator para a perpetração ou a vitimização de violências políticas. No atual período, com a inclusão do restante da Região Metropolitana, tivemos o PSOL como o partido mais visado para agressões, com 24 ocorrências, 12,7% do total e 22% dos casos válidos. Em segundo lugar ficou o PT, com 17 vítimas, 9% do total e 15% dos casos válidos (ver Tabela 26).

TABELA 26 | VÍTIMAS OU ALVOS POR FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

PARTIDOS POLÍTICOS DAS VÍTIMAS OU DOS ALVOS	N	%
PSOL	24	12,7%
PT	17	9,0%
PP	10	5,3%
REPUBLICANOS	10	5,3%
PDT	7	3,7%
PL	7	3,7%
SOLIDARIEDADE	6	3,2%
MDB	4	2,1%
PSDB	4	2,1%
UNIÃO BRASIL	4	2,1%
PODEMOS	3	1,6%
PATRIOTA	2	1,1%
AVANTE	1	0,5%
PCDOB	1	0,5%
PHS	1	0,5%
PSC	1	0,5%
PSD	1	0,5%

TABELA 26 | VÍTIMAS OU ALVOS POR FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024 (CONTINUAÇÃO)

PARTIDOS POLÍTICOS DAS VÍTIMAS OU DOS ALVOS	N	%
PSL	1	0,5%
PTB	1	0,5%
PV	1	0,5%
VÁRIOS	1	0,5%
N/A	22	11,6%
SEM INFORMAÇÃO	60	31,7%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Quando filtramos apenas os casos com motivação de ódio em relação à filiação partidária das vítimas, PSOL e PT ostentam um peso ainda maior. O primeiro apresentou 22 casos de vítimas agredidas por violências com motivação de ódio, enquanto o segundo teve dez casos (ver Tabela 27).

TABELA 27 | DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA DAS VIOLÊNCIAS COM CONTEÚDO DE ÓDIO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

PARTIDOS POLÍTICOS DAS VÍTIMAS OU DOS ALVOS	N
PSOL	22
PT	10
PP	5
PCDOB	1
PDT	1
N/A	9
SEM INFORMAÇÃO	10
TOTAL GERAL	58

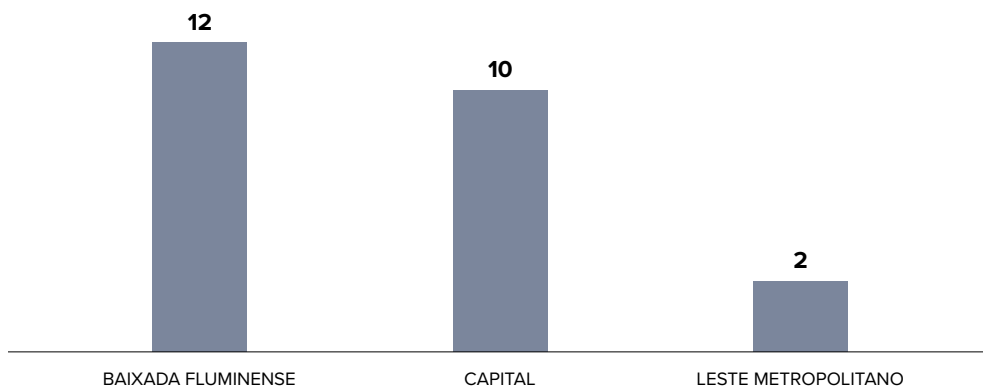
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Esses dados referentes à filiação partidária das vítimas mostram a expressividade da presença do bolsonarismo e da ação de grupos de extrema-direita no cenário político da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Baía da Ilha Grande. A concentração de violências contra atores vinculados ao PSOL e ao PT, os dois partidos de maior peso à esquerda do espectro político brasileiro, é mais um dado que reforça a percepção de que a atuação do bolsonarismo e da extrema-direita são um vetor relevante da violência política.

POLÍTICA E PODER DE MATAR

A grande quantidade de casos na capital coloca em perspectiva o enfoque anterior de nossa pesquisa nas regiões da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande. Mostrou-se uma escolha acertada ampliar nosso estudo para toda a Região Metropolitana porque os casos que ocorreram na capital ampliaram o repertório de violências que analisamos e trouxeram um conjunto de dinâmicas de violências políticas que ultrapassam os padrões das disputas à bala pelo poder local que observamos na Baixada. A Baixada Fluminense, entretanto, ainda é a região com mais casos de execuções e atentados, mantendo o padrão de grande incidência que temos observado nos últimos anos de nossa pesquisa.

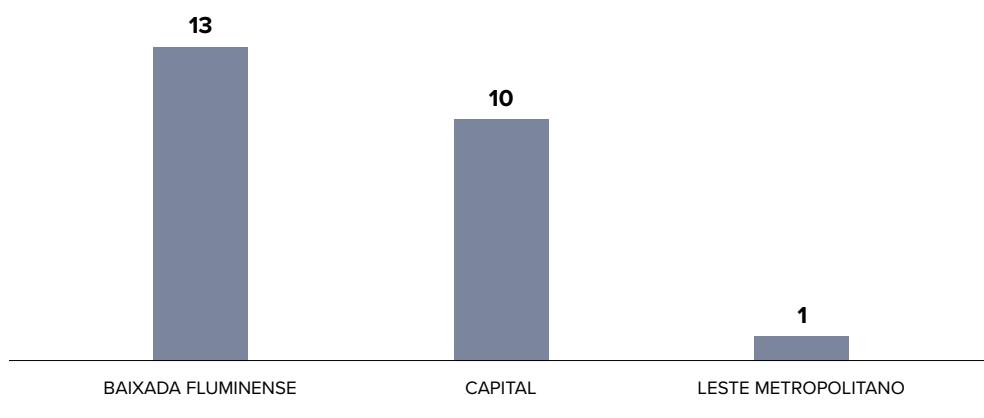
GRÁFICO 1 | **DISTRIBUIÇÃO DE EXECUÇÕES POLÍTICAS POR REGIÃO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024**



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA..

Na comparação entre as diferentes sub-regiões da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os números mostram que, tal como na Baixada, o contexto da capital está fortemente atravessado pelas articulações entre política e violência armada. Além da grande diversidade de formas de violência política, a capital também apresenta um grande número de violências políticas contra a vida, como vimos no Gráfico 1 (que enfoca as execuções), e, agora, podemos observar no Gráfico 2, que apresenta a distribuição dos atentados contra a vida no período analisado.

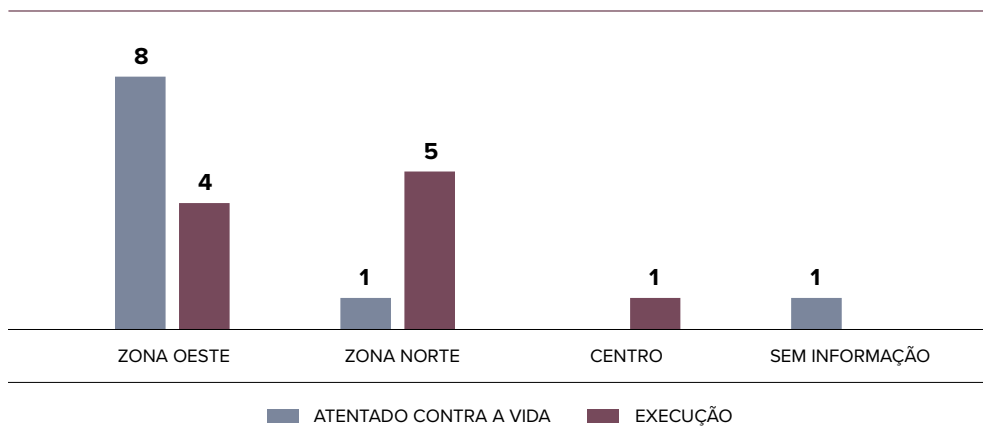
GRÁFICO 2 | DISTRIBUIÇÃO DE ATENTADOS CONTRA A VIDA POR REGIÃO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Ressalte-se que os casos de execuções e atentados contra a vida na capital não se distribuem uniformemente pelas regiões da cidade. A imensa maioria deles ocorreu nas zonas Norte e Oeste (ver Gráfico 3). Temos, assim, um cenário no qual a violência armada contra atores da política se concentra em uma porção territorial que compreende essas duas zonas da capital e a Baixada Fluminense. Essas áreas da Região Metropolitana também concentram importantes vetores da violência armada: o controle territorial exercido por grupos criminosos, a atuação de grupos de extermínio e outros matadores profissionais, as constantes operações policiais com altos índices de letalidade e outras formas de exercício do uso ilegal da força pelo Estado. Esses fatores ampliam a disponibilidade dos meios de produção da violência armada como uma ferramenta das disputas de elites políticas e chefetes locais pelo poder político.

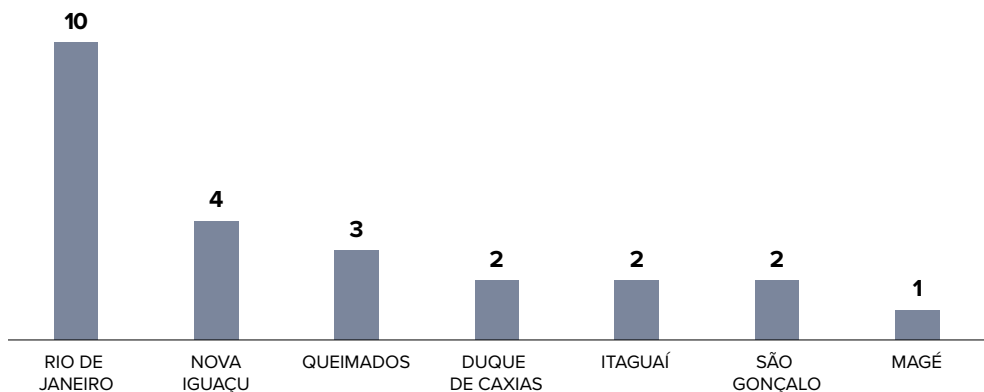
GRÁFICO 3 | DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS CONTRA A VIDA POR ZONA DA CAPITAL — 2022 A JUNHO DE 2024



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

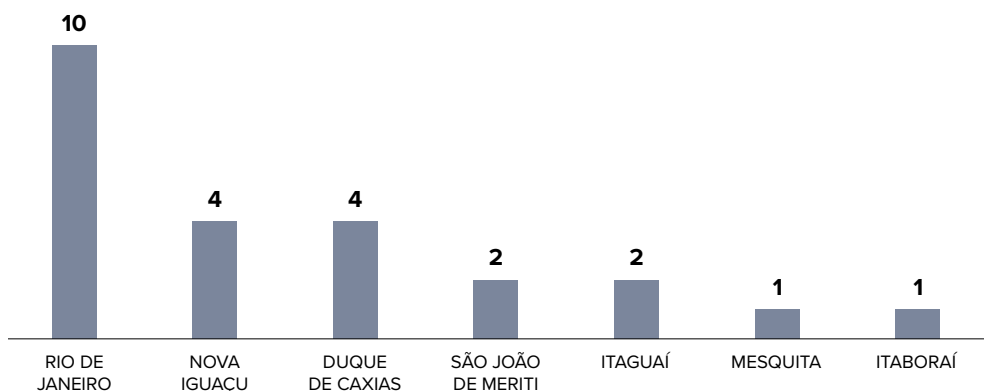
A distribuição dos casos de execuções e atentados contra a vida de atores políticos por municípios da Região Metropolitana mostra que Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Queimados e Duque de Caxias foram os municípios mais violentos de 2022 a junho de 2024. Como já vimos, o Rio de Janeiro apresentou dez execuções e dez atentados contra a vida nesse período, mais de 40% do total que identificamos para esses dois tipos de violência. Nova Iguaçu registrou quatro execuções e quatro atentados contra a vida; Queimados, três execuções; e Duque de Caxias teve duas execuções e quatro atentados contra a vida. Destaque-se, ainda, que Itaguaí, município da Baixada contíguo à Baía da Ilha Grande em uma zona que liga esta região à Baía de Sepetiba, teve duas execuções e dois atentados contra a vida. No Leste Metropolitano houve duas execuções em São Gonçalo e um atentado contra a vida em Itaboraí (ver Gráficos 4 e 5).

**GRÁFICO 4 | DISTRIBUIÇÃO DE EXECUÇÕES POR CIDADE.
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE —
2022 A JUNHO DE 2024**



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

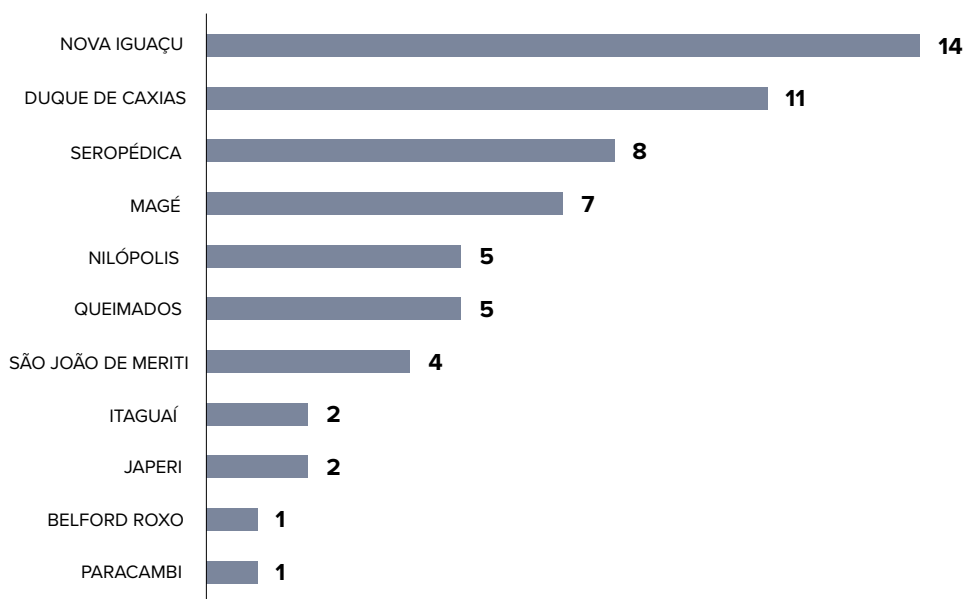
**GRÁFICO 5 | DISTRIBUIÇÃO DE ATENTADOS CONTRA A VIDA POR CIDADE.
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE —
2022 A JUNHO DE 2024**



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Quando consideramos a série histórica de execuções políticas na Baixada Fluminense entre janeiro de 2015 a junho de 2024, temos um total de 60 execuções políticas registradas. Nova Iguaçu é o município com o maior número, com 14 casos, 23% do total. Em seguida vem Caxias, com 11, e Seropédica, com 8. Outros municípios da Baixada que tiveram execuções políticas na série histórica foram: Magé, com sete casos; Nilópolis e Queimados, com cinco; São João de Meriti, com quatro; Itaguaí e Japeri, com dois; e Belford Roxo e Paracambi, com um caso (ver Gráfico 6). Os quatro municípios com mais execuções políticas apresentam um histórico notório de presença de elites políticas que disputam o poder à bala. Nova Iguaçu, além disso, apresentou um contexto nos últimos anos de disputas entre grupos armados pelo controle de territórios. Em todos os demais municípios que registraram execuções na série histórica encontramos contextos atravessados pela articulação entre violência armada e poder político, seja pela presença de grupos armados em articulação com elites políticas, seja pela construção de carreiras políticas de pessoas ligadas ao exercício do poder de matar em disputas locais.

GRÁFICO 6 | SÉRIE HISTÓRICA DE EXECUÇÕES POLÍTICAS POR MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE — 2015 A JUNHO DE 2024



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

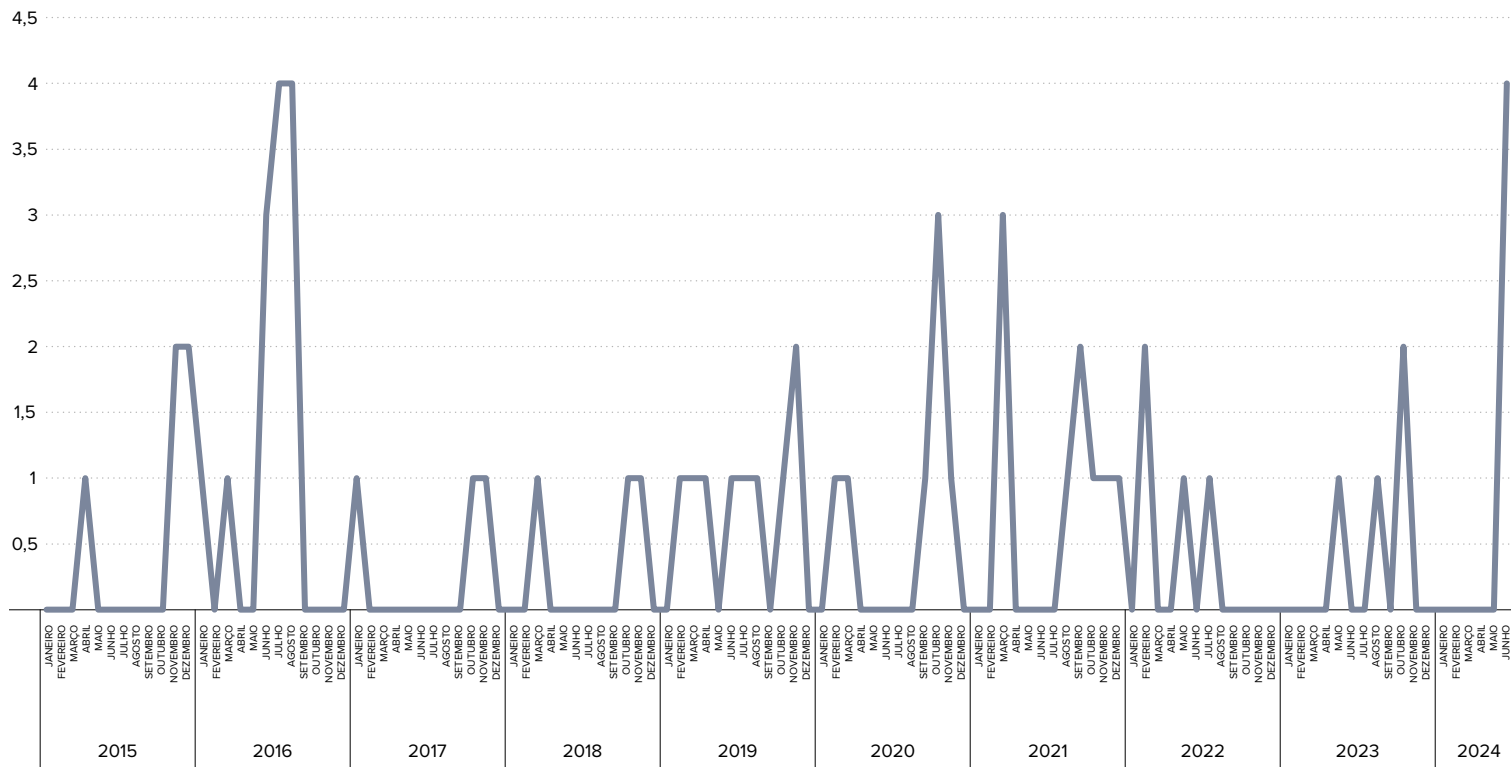
Analisando detalhadamente a série histórica de execuções políticas na Baixada para as quais temos dados (desde janeiro de 2015 até junho de 2024) a partir do Gráfico 2, vemos que nos anos de eleições municipais os meses mais próximos aos pleitos concentram uma quantidade maior de casos. Nos demais anos da série, sobretudo no intervalo que vai de 2017 a 2019, há uma distribuição mais regular de casos ao longo dos meses.

Mesmo considerando que para 2024 não temos dados para além de junho e que por esta razão só tenhamos coberto um período ainda incipiente nas disputas eleitorais, no qual ainda estão se estabelecendo pré-candidaturas, há uma quantidade expressiva de execuções neste ano. O número de assassinatos políticos cometidos na Baixada apenas em junho de 2024 se aproxima do número total de ocorrências desse tipo de crime na região em 2015 e 2022, iguala a soma do ano de 2018 e consegue ser superior à quantidade de casos ocorridos em 2017.

Como é possível observar, os meses de julho e agosto, em 2016, e junho, em 2024, apresentam picos de casos, com quatro assassinatos em cada um. Em 2016, no mês de junho, ainda ocorreram outras três execuções. O intervalo que vai de junho a agosto é um período em que geralmente passam a estar autorizadas propagandas intrapartidárias e convenções partidárias. É a partir desse momento que as pré-candidaturas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador costumam se consolidar, apontando para candidaturas oficiais. Trata-se, portanto, de um período — mesmo não sendo o período oficial de campanha — crucial para a definição de acordos, alianças e disputas político-eleitorais.

No ano de 2020, a concentração de casos entre setembro e novembro talvez possa ser explicada pelo contexto particular no qual as eleições estiveram inseridas. Em razão das circunstâncias envolvendo a pandemia de Covid-19, as eleições municipais que estavam previstas para outubro de 2020 tiveram o seu início adiado em pouco mais de um mês, assim como todos os seus prazos respectivos. Por isso, naquele ano as convenções para a escolha de candidatos pelos partidos e as deliberações sobre coligações se encerraram justamente em meados de setembro.

GRÁFICO 7 | EXECUÇÕES POLÍTICAS OCORRIDAS NA BAIXADA FLUMINENSE POR MÊS E ANO — 2015 A JUNHO DE 2024



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

É preciso assinalar, contudo, que pelos dados que temos sistematizado nos últimos anos, ainda que observemos uma tendência que se mostra recorrente de aumento de casos de execuções políticas na Baixada Fluminense em períodos próximos às eleições municipais, não temos elementos suficientes para determinar o real impacto do período eleitoral no comportamento dos casos de violência política. Além da necessidade de serem analisados ciclos eleitorais completos para o estabelecimento de comparações, seria importante ter também para o período 2015-2020 a quantificação de casos de violência política não letal, objetivos que podem ser contemplados futuramente. Por ora, o que nos parece mais expressivo nos casos que analisamos nesses quatro últimos anos de pesquisa é que a violência se comporta como um fenômeno cotidiano e permanente nos modos pelos quais a política local é praticada em determinadas áreas das regiões que estudamos. Importa mais o ritmo da construção de alianças e dos desdobramentos das disputas violentas pelo poder do que efetivamente o calendário eleitoral. Determinadas áreas, portanto, podem ser fortemente atravessadas por processos violentos de constituição do poder político, mas apresentar poucos casos de violência política em períodos eleitorais se houver estabilidade no poder de elites políticas locais.

Apesar de não ser possível inferir uma correlação direta entre os períodos de eleições municipais e a incidência de execuções políticas na Baixada Fluminense, nosso estudo tem demonstrado consistentemente que a presença de grupos armados e o uso do poder de matar por elites locais e forças emergentes são fatores relevantes para a vida política nas regiões que estudamos. Trudeau (2022) analisa que esses grupos interferem no processo eleitoral através de dois mecanismos: a formação de currais eleitorais (*corralling*) e o controle do acesso para a realização de campanhas (*gatekeeping*). Identificamos outro fator não trabalhado pela autora: as execuções e ameaças de morte para a eliminação de concorrentes políticos. Os dados que reunimos sobre a Baixada Fluminense e as zonas Norte e Oeste da capital mostram que se trata de um mecanismo recorrente de disputa pelo poder no qual estão implicados grupos armados, como milicianos e matadores de aluguel. Assim como no trabalho de Albarracin (2017), nossa pesquisa identifica que a violência é um fator interviniente na vida política nessas regiões, com processos pelos quais grupos armados e forças políticas se articulam. Os casos que analisamos definem dois modos típicos pelos quais elites políticas e forças emergentes utilizam o poder de matar como instrumento de poder político: contratação de matadores e jagunços (principalmente policiais e ex-policiais que têm atuação em milícias e

grupos de extermínio) por elites políticas e econômicas locais; e construção de carreiras políticas de matadores, jagunços e milicianos que buscam concorrer a cargos eletivos ou ocupam cargos de confiança.

POLÍTICOS AGRESSORES

No monitoramento de casos de violência política realizado este ano também chamaram atenção os casos em que políticos são considerados suspeitos ou foram comprovadamente autores de violências políticas contra outros atores políticos. Contabilizamos casos envolvendo políticos eleitos, políticos que ocupavam cargos na administração pública e políticos que, mesmo sem cargos, tinham influência nos contextos políticos analisados. Consideramos para a análise todos os casos registrados em nossas bases no período de referência, o intervalo entre 2015 e junho de 2024.

Ao todo, foram encontradas 52 agressões, que tiveram como autores 30 políticos diferentes e resultaram em 31 vítimas. Em alguns casos, em um mesmo episódio, uma só vítima sofreu diferentes agressões. Em outros, um mesmo caso de violência política envolveu diferentes atores políticos. Em muitos episódios as agressões ocorreram no interior de espaços institucionais oficiais, como câmaras municipais e a assembleia legislativa fluminense.

Dentre os casos monitorados foram encontrados agressões, ameaças e intimidações com motivação política (14), violências contra a vida com motivação política (11), ataques a espaços e símbolos políticos (7), entre outros. Dentre as 52 agressões cometidas por políticos, 25 foram violências com conteúdo de ódio, incluindo discriminações relacionadas a raça, gênero e orientação sexual. As tabelas a seguir apresentam um panorama geral das violências e os casos em que foi identificado conteúdo de ódio.

TABELA 28 | TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA EM QUE POLÍTICOS FORAM AGRESSORES. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	Nº
AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	14
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	11
ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS	7
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA	6
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	4
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	4
ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	3
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA	1
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	1
VIOLÊNCIA POLÍTICA GORDOFÓBICA	1
TOTAL GERAL	52

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

TABELA 29 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COM CONTEÚDO DE ÓDIO AGRUPADAS COMETIDAS POR POLÍTICOS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

VIOLÊNCIA POLÍTICA COM CONTEÚDO DE ÓDIO AGRUPADA	Nº
RAÇA, GÊNERO E OUTRAS DISCRIMINAÇÕES	13
ÓDIOS PARTIDÁRIOS E IDEOLÓGICOS	8
CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	4
TOTAL GERAL	25

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

No bojo das violências de ódio, encontramos dinâmicas como violência política de gênero transfóbica (6), violência institucional (3), agressão física (2), ameaça (2), ataque a ato político (2) e depredação de símbolo político (2). Também foram identificados casos em que no mesmo ato um político cometeu violências com múltiplas expressões de ódio: violência política de gênero e violência política racista (1), violência política de gênero transfóbica e violência política racista (1). Foram registrados, ainda, casos de ameaça de morte (1), reintegração de posse contra povo indígena (1), violência política de gênero (1), violência política gordofóbica (1), violência política racista (1) e xingamento (1).

A Baixada Fluminense foi a região em que ocorreu o maior número de casos (24), seguida da capital do estado (16).

TABELA 30 | TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA POR REGIÃO DO FATO EM QUE POLÍTICOS FORAM AGRESSORES. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	REGIÃO DO FATO					TOTAL GERAL
	BAÍA DA ILHA GRANDE	BAIXADA FLUMINENSE	CAPITAL	LESTE METROPOLITANO	N/A	
AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	1	8	4		1	14
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA		10	1			11
ATAQUES A ESPAÇOS E SÍMBOLOS POLÍTICOS		5	1	1		7
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA			4	2		6
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	4					4
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSFÓBICA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA			1	3		4
ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS		1	2			3
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA			1			1
VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA / VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA			1			1
VIOLÊNCIA POLÍTICA GORDOFÓBICA			1			1
TOTAL GERAL	5	24	16	6	1	52

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

As tabelas a seguir apresentam a situação política dos agressores e os locais onde os casos de violência política que tiveram políticos como perpetradores ocorreram.

TABELA 31 | SITUAÇÃO POLÍTICA DOS POLÍTICOS AGRESSORES. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

SITUAÇÃO POLÍTICA DO AGRESSOR	Nº
VEREADOR(A)	20
DEPUTADO(A) ESTADUAL	16
PREFEITO(A)	4
EX-SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA	2
EX-VEREADOR(A)	2
SECRETÁRIO(A) DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2
EX-SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE MUNICIPAL	1
CANDIDATO(A) A VEREADOR	1
DEPUTADO(A) FEDERAL	1
EX-SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE GOVERNO E CANDIDATO(A) A VICE-PREFEITO (2020)	1
SECRETÁRIO(A) ESTADUAL DE TRANSPORTES	1
SENADOR(A)	1
TOTAL GERAL	52

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

TABELA 32 | LOCAL DO FATO DAS VIOLÊNCIAS POLÍTICAS PERPETRADAS POR POLÍTICOS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

LOCAL DO FATO	
CÂMARA MUNICIPAL	14
ALERJ	8
PRAÇA	6
RUA	5
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAL	5
PORTA DE CASA	4
TERRITÓRIO INDÍGENA	4
SEM INFORMAÇÃO	3
BAR	1
CARRO	1
N/A	1
TOTAL GERAL	52

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Com a presença de vereadores e deputados em exercício no topo da lista de agressores, chama atenção a quantidade de violências produzidas nos espaços políticos institucionais oficiais, as câmaras municipais (14) e a Alerj (8). Esses espaços concentram metade dos casos de violência política com conteúdo de ódio registrados em nossas bases, apresentando-se como terrenos férteis para discursos e atos agressivos que expressam o racismo, a misoginia, a transfobia e outras formas de opressão e autoritarismo. Nas sedes de legislativos municipais e estadual também encontramos nove casos em que vereadores e deputados estaduais se sentiram à vontade para praticar agressões, ameaças e intimidações com motivação política. Muito significativamente, os atores que dão corpo às câmaras e à assembleia fluminense, instituições formuladoras de leis por excelência, também são agentes que atentam contra os ditames constitucionais e a própria democracia.

Tudo somado, temos um quadro que nos permite afirmar que a violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande não

é um fenômeno que se reproduz apenas longe da liturgia e das normas de conduta inerentes aos espaços de poder institucionalizados. Ao contrário, podemos dizer que no recorte que temos das casas legislativas fluminenses estamos diante de ambientes verdadeiramente violentos e hostis à presença daquelas e daqueles que não reproduzem os padrões hegemônicos de perfil e ideologia de representantes políticos. Ambientes nos quais as disputas políticas não estão restritas às articulações entre sujeitos e grupos de interesse distintos e ao debate a partir da pluralidade de visões, mas são atravessadas pela possibilidade concreta da violência.

É importante registrar que entre 2018 e 2020 foram constatadas sete vezes em que políticos estiveram envolvidos em casos de execução, sendo seis desses casos em áreas controladas pela milícia.

AGENTES E EX-AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS CENAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

Desde a primeira edição de nossos estudos (Rodrigues et. al., 2021) temos chamado atenção para a presença de agentes de segurança pública nos casos de violência política encontrados em nossos levantamentos. A Baía da Ilha Grande e, principalmente, as cidades da Baixada Fluminense nos apresentaram cenários em que tais agentes — com amplo destaque para policiais militares — revelam grande entrada nos contextos políticos locais por meio do exercício de funções que vão desde a prestação de serviços de segurança a políticos (oficial e extraoficialmente) à ocupação de cargos nos Poderes Legislativo e Executivo municipais e estadual (deputados, vereadores, secretários, subsecretários, assessores legislativos etc.). Se nestas regiões já era possível observar a intensa participação desses agentes em casos de violência política — seja como autores, vítimas ou como parte das relações políticas de autores e vítimas —, o avanço de nosso monitoramento para toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possibilitou novos olhares para esses casos.

Para as análises que faremos nesta seção utilizaremos principalmente os registros de nossa base geral de dados, que compreende os casos ocorridos entre 2015 e junho de 2024. A exceção se dará quando forem analisados os casos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, para os quais nossa base só dispõe de dados para o intervalo entre janeiro de 2022 e junho de 2024.

Considerando apenas a Baixada e a Baía da Ilha Grande, entre 2015 e 2023 foram identificados 15 casos nos quais agentes de segurança pública foram vítimas de violência política, ao passo que em dez casos esses agentes foram os autores das violências registradas. A atualização desses dados até junho de 2024, com a inclusão dos demais municípios da RMRJ, reconfigurou significativamente esses números.

Com os casos incorporados a partir do levantamento deste ano, temos 26 atores políticos que eram agentes ou ex-agentes de segurança pública que foram vitimados e 47 agentes ou ex-agentes de segurança pública que figuraram como agressores em casos de violência política. Dessa forma, tivemos um acréscimo de 11 casos em que agentes de segurança foram vitimados em função de sua atuação política e novos 37 episódios em que eles foram os autores das agressões. Ou seja, enquanto houve um aumento de 23% no número de agentes de segurança vitimados, o número de agressores cresceu 77%. Entre agressores e vítimas, são 73 casos de violência política, que abrangem violências letais e não letais, nos quais estão envolvidos agentes e ex-agentes de segurança pública. Estes números demonstram que tanto na capital e no Leste Metropolitano quanto na Baixada Fluminense o poder de matar é elemento estruturante das disputas políticas. Agentes de segurança são personagens assíduos dos enredos dos casos de violência política.

Em sua grande maioria, os episódios em que atores políticos oriundos dos quadros da segurança pública aparecem como vítimas em nossa base geral (26) são produto de ataques de grande contundência — execuções (12), atentados contra a vida (11) e ameaças de morte (1) —, havendo, ainda, dois casos de outras formas de ameaça. O recurso à arma de fogo predominou nessas agressões, tendo sido constatado em 89% dos casos. A maior parte dos agentes vitimados pertence ou pertencia à Polícia Militar, conforme podemos ver na tabela abaixo.

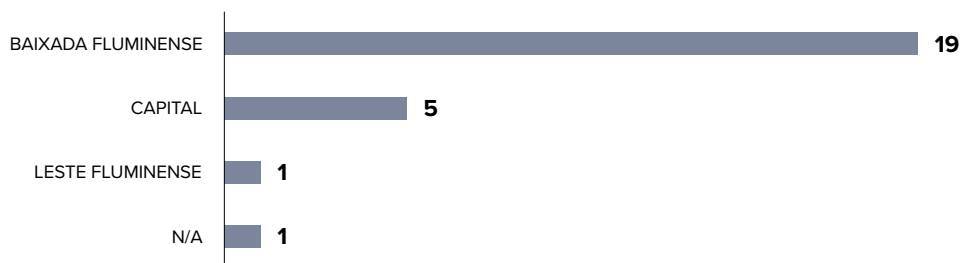
TABELA 33 | AGENTES E EX-AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA VITIMADOS EM CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

TIPO DE AGENTE	Nº
POLICIAL MILITAR	14
EX-POLICIAL MILITAR	5
EX-POLICIAL CIVIL	2
POLICIAL MILITAR REFORMADO(A)	2
POLICIAL	1
POLICIAL CIVIL	1
POLICIAL PENAL	1
TOTAL GERAL	26

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Considerando a geografia dos casos, a Baixada Fluminense concentra a maior parte dos casos de violência política contra atores políticos que também são agentes ou ex-agentes de segurança pública. Em seguida, a capital aparece como palco de cinco dessas violências, seguida do Leste Fluminense e casos em que essa classificação não se aplica, havendo um caso para cada uma. Se consideradas apenas as execuções, todos os casos ocorreram na Baixada Fluminense e nas zonas Oeste e Norte da capital.

GRÁFICO 8 | REGIÃO EM QUE FORAM VITIMADOS(AS) AGENTES E EX-AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Ao longo de toda a série histórica (2015 a junho de 2024), ao todo 26 agentes de segurança pública foram vítimas de violência política, dentre os quais dez foram vítimas de crimes que ocorreram em áreas controladas por grupos milicianos. Esse percentual muda drasticamente de cenário se analisada a quantidade de vezes que agentes de segurança foram vitimados em áreas controladas pelo tráfico, onde apenas um agente de segurança pública foi vitimado.

Nos casos em que foi possível identificar o grupo armado suspeito de envolvimento no caso de violência política, as milícias foram apontadas como possíveis responsáveis por uma ameaça de morte, dois atentados contra a vida e quatro execuções, incluindo um caso no qual haveria a participação direta de um vereador apontado como integrante de um grupo miliciano da Baixada. Por sua vez, as facções seriam responsáveis, de acordo com investigações, por quatro casos, sendo duas execuções, um atentado contra a vida e uma ameaça. Ademais, há um caso em que tanto um grupo miliciano quanto uma quadrilha ligada a uma facção são apontados como responsáveis por ameaças simultâneas a um político.

Considerando os dados apresentados até aqui e observando a tabela a seguir, que apresenta a situação política desses atores, reforçamos aquilo que temos indicado em nossos estudos: agentes de segurança pública têm uma participação ativa nos contextos políticos de diversas cidades fluminenses através do preenchimento de vagas estratégicas e da movimentação do mercado de mortes políticas. A vitimização de agentes de segurança pública exercendo funções em cargos eletivos (10), acrescida dos episódios em que foram vitimados secretários(as) (1) e ex-secretários(as) (2), evidencia a ocupação de posições de grande importância nas municipalidades. Chama atenção também a incidência de casos cometidos contra candidatos e pré-candidatos (6), demonstrando o impacto da corrida eleitoral.

TABELA 34 | SITUAÇÃO POLÍTICA DE AGENTES E EX-AGENTES DE SEGURANÇA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

SITUAÇÃO POLÍTICA	Nº DE AGENTES DE SEGURANÇA
VEREADOR(A)	5
DEPUTADO(A) ESTADUAL	4
SUPLENTE DE VEREADOR(A)	3
EX-SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL	2
PRÉ-CANDIDATO(A) A VEREADOR(A)	2
SEGURANÇA	2
AMIGO(A) DEPUTADO(A) FEDERAL	1
ASSESSOR(A)	1
CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) ESTADUAL	1
CANDIDATO(A) A VEREADOR(A)	1
DEPUTADO(A) FEDERAL	1
EX-CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) FEDERAL	1
PRÉ-CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) FEDERAL	1
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA	1
TOTAL GERAL	26

FORNTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Se, por um lado, a vitimização de agentes de segurança pública em função de suas atuações políticas é expressiva, por outro lado os casos em que os agentes de segurança cometeram agressões também chamam atenção. A inclusão da RMRJ no monitoramento, particularmente da capital, nos possibilitou o acesso a diversos casos em que os agentes integrantes das forças de segurança do Estado protagonizaram episódios de violência política em serviço.

Dos 47 casos em que agentes de segurança pública foram autores de agressões de conteúdo político, em 12 os agentes envolvidos estavam fora de serviço — todos policiais. Como a tabela abaixo demonstra, há uma variedade de agressões das quais estes agentes foram autores: ameaças, assassinatos, agressões físicas, ataques à caminhada eleitoral, denúncia caluniosa, injúria e até mesmo invasão de espaço político.

TABELA 35 | TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CUJOS AGRESSORES FORAM AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA FORA DE SERVIÇO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO — 2015 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AMEAÇA	3
EXECUÇÃO	2
AGRESSÃO FÍSICA	2
ATAQUE EM CAMINHADA ELEITORAL	2
DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA	1
INJÚRIA	1
INVASÃO DE ESPAÇO POLÍTICO	1
TOTAL GERAL	12

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Longe de configurarem casos isolados, como qualquer consulta aos noticiários pode comprovar — e, embora, na verdade, estejamos diante de um quantitativo subestimado —, temos uma ilustração contundente de como a violência é um recurso empregado por agentes do Estado, sobretudo policiais, mesmo quando estes não estão no exercício de suas funções. As agressões listadas acima, ocorridas em sua maior parte na Baixada Fluminense, basicamente se deram em meio a disputas político-eleitorais e tiveram como finalidade a eliminação ou a intimidação de adversários, sendo levadas a cabo na maior parte das vezes por capangas de políticos profissionais. Em tela, uma demonstração da instrumentalização da violência para fins políticos, precisamente nos termos em que a temos definido, como um “clientelismo homicida” (Rodrigues et al., 2018). No limite, esses dados expressam o quanto Estado e crime organizado podem estar articulados: agentes treinados pelas instituições policiais e com

amplo acesso a suas estruturas integram ou servem como mão de obra de aluguel para organizações criminosas e políticos locais. Nesta articulação sedimenta-se um trânsito entre poder de matar e poder político capaz de consolidar elites políticas ou catapultar aos círculos do poder institucionalizado aqueles que podem exercer o poder de matar.

Ressalte-se que uma das execuções políticas perpetradas por agentes de segurança pública ocorreu numa circunstância na qual um policial fora de serviço matou um manifestante na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em novembro de 2023, na Vila Kennedy, Guilherme Carvalho, de 18 anos, foi morto por um policial militar de folga que passava de carro pela Avenida Brasil enquanto uma manifestação ocorria em razão da morte de outro morador durante ação da Polícia Militar na comunidade.

A maioria dos casos de violência contra a vida com motivação política (4) em que agentes de segurança foram agressores entre 2015 e junho de 2024 ocorreu na Baixada Fluminense (3) — o caso restante ocorreu na capital. O principal meio empregado por esse tipo de agressor foram as armas de fogo (4), que provocaram duas execuções. Na Baixada, foram registrados também casos de ataque contra atos e manifestações políticas (2) e agressões, ameaças e intimidações com motivação política (2). Na Baía da Ilha Grande predominaram os casos de violência política misógina (4). A tabela a seguir expõe a região onde esses casos ocorreram e o perfil das vítimas.

TABELA 36 | VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COMETIDAS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA FORA DE SERVIÇO POR REGIÃO DO FATO E SITUAÇÃO POLÍTICA DA VÍTIMA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE – 2015 A JUNHO DE 2024

REGIÃO DO FATO	SITUAÇÃO POLÍTICA DA VÍTIMA	TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA				TOTAL GERAL
		AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO MISÓGINA	VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	
BAÍA DA ILHA GRANDE	VEREADOR(A)			4		4
	APOIADOR(A) POLÍTICO	1	1			2
	ASSESSOR(A)				1	1
BAIXADA FLUMINENSE	CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) ESTADUAL		1			1
	CANDIDATO(A) A DEPUTADO(A) FEDERAL	1				1
	SEM INFORMAÇÃO				1	1
	VEREADOR(A)				1	1
CAPITAL	MANIFESTANTE(S)				1	1
TOTAL GERAL		2	2	4	4	12

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Dos 47 casos em que agentes ou ex-agentes de segurança pública foram autores de agressões com conteúdo político, em 35 (mais de três quartos do total) os agentes envolvidos estavam no cumprimento de suas funções como agentes públicos. Para todos esses casos consideramos o Estado como o autor das agressões, e não apenas os agentes individualmente — como nos casos envolvendo agentes fora de serviço. Com exceção de um caso ocorrido em 2021, todos aconteceram entre janeiro de 2022 e junho de 2024, período de cobertura do atual ciclo de pesquisa.

Dentre os 35 casos mencionados acima tivemos um episódio em que um policial fardado, em serviço e em plena luz do dia, assassinou um jovem às margens da maior via pública da cidade, a Avenida Brasil. Em fevereiro deste ano, na entrada da Nova Holanda, uma das comunidades do conjunto de favelas da Maré, Jefferson de Araújo Costa, de 22 anos, foi executado por um policial militar com um tiro à queima-roupa durante protesto que pedia o fim de uma operação policial. Junto às demais violências mencionadas anteriormente, temos uma vez mais atestado o padrão de atuação das polícias brasileiras marcado pela recusa de atuar dentro de limites legais e democráticos frente a manifestações políticas e a incompatibilidade do modelo de política de segurança pública adotado pelo Estado com a democracia e com a garantia à vida a todas as pessoas. Principalmente, se considerarmos distinção de classe, cor, gênero, orientação sexual e/ou território.

A Polícia Militar foi a força de segurança responsável pela maior parte dos casos de violência política que identificamos, mas não foi a única. Também registramos casos em que as agressões foram cometidas por guardas municipais, policiais civis e guardas ambientais. A tabela a seguir apresenta os tipos de violência política e quais agentes de segurança em serviço foram os autores das agressões. Diferentemente dos casos relatados anteriormente, naqueles que apresentaremos a seguir estamos lidando com agentes de segurança pública que perpetraram ações violentas no cumprimento de suas atribuições oficiais, vale dizer, enquanto agentes do Estado.

TABELA 37 | TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA COMETIDAS PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA DO ESTADO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA	FORÇA DE SEGURANÇA AGRESSORA				
	GUARDA MUNICIPAL	POLICIAL CIVIL	POLICIAL MILITAR	GUARDA AMBIENTAL	TOTAL GERAL
AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	1	1	1		3
ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	9		20		29
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS			1	1	2
VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA			1		1
VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA			1		1
TOTAL GERAL	10	1	24	1	36⁴

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Como é possível verificar na tabela acima, os ataques contra atos e manifestações políticas foram a principal forma pela qual agentes de segurança pública em serviço cometeram agressões políticas, com 29 casos. Todos os episódios ocorreram na capital. Apenas um caso com estas características havia sido encontrado nos levantamentos anteriores, em 2021, em Paraty, durante uma manifestação de mulheres contra o feminicídio, quando um policial disparou um tiro de fuzil contra as manifestantes.

4. Nesta tabela, o total geral (36) excede o número total de casos que tiveram o Estado como autor de casos de violência política (35) porque aqui discriminamos as forças de segurança envolvidas nas agressões e em um mesmo episódio tivemos o envolvimento da Polícia Militar e da Guarda Ambiental.

As diferenças nas gramáticas políticas dessas regiões nos ajudam a explicar a discrepância na ocorrência de casos do gênero na capital e nas demais regiões analisadas. Pelo seu peso econômico e político, a concentração de atores políticos institucionalizados e não institucionalizados e a visibilidade midiática que grandes metrópoles têm, sobretudo no caso de uma ex-capital federal, a cidade do Rio de Janeiro apresenta maiores possibilidades de intervenções políticas no espaço público, como manifestações de rua, atividades que não são vistas com frequência em regiões como a Baixada Fluminense, por exemplo. Em contrapartida, como os nossos próprios estudos demonstram, a violência política é exatamente um dos fatores mais fundamentais na manutenção de hierarquias e na reprodução material de relações de poder que tornam a disposição em tomar parte na política uma atividade de risco, o que se aplica não só à Baixada, mas também ao Leste Metropolitano e à Baía da Ilha Grande.

A distribuição regional dos casos em que agentes de segurança pública cometeram agressões políticas em serviço é apresentada na tabela a seguir de acordo com o tipo de violência política.

TABELA 38 | TIPOS DE VIOLÊNCIAS POLÍTICAS COMETIDAS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA EM SERVIÇO POR REGIÃO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2015 A JUNHO DE 2024

REGIÃO DO FATO	TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA					TOTAL GERAL
	AGRESSÕES, AMEAÇAS E INTIMIDAÇÕES COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	ATAQUES CONTRA ATOS E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	VIOLÊNCIA POLÍTICA RACISTA	VIOLÊNCIAS CONTRA A VIDA COM MOTIVAÇÃO POLÍTICA	
BAÍA DA ILHA GRANDE	1		1			2
BAIXADA FLUMINENSE	1					1
CAPITAL		29		1	1	31
LESTE METROPOLITANO	1					1
TOTAL GERAL	3	29	1	1	1	35

FORNE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Além do caso já mencionado contra a manifestação de mulheres, a Baía da Ilha Grande também foi palco de uma reintegração de posse contra povo indígena, em Mangaratiba, que teve a participação de agentes de segurança pública em serviço. Na Baixada Fluminense foi encontrado um caso em que um pré-candidato a vereador foi alvo de agressão física por agentes de segurança pública enquanto participava de um ato político em Queimados. No Leste Metropolitano uma mesária foi hostilizada por um grupo de policiais militares em serviço na cidade de Niterói durante o segundo turno das eleições de 2022. Durante o ocorrido, um dos agentes de segurança a reprimiu e a agrediu fisicamente.

Na capital, além de todos os casos de repressão policial a manifestações políticas, tivemos também uma execução, mencionada anteriormente, e uma violência política racista, cometida contra um coletivo político cultural que teve suas atividades censuradas.

CONTROLE TERRITORIAL DE GRUPOS ARMADOS E VIOLÊNCIA POLÍTICA

Assim como em levantamentos anteriores, também procuramos identificar, a partir das nossas fontes, se os territórios em que ocorreram os casos de violência política que registramos eram controlados por algum grupo criminoso armado e se, nesses casos, havia a suspeita da participação desses grupos nas agressões cometidas. Esses dados nos fornecem indícios mínimos, porém importantes, sobre a participação desses grupos criminosos nos contextos políticos das cidades que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a Baía da Ilha Grande.

Como mencionado na nota metodológica desta publicação, o Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro elaborado pelo GENI/UFF e pelo Instituto Fogo Cruzado serviu como referência para aferirmos se as localidades em que ocorreram os casos de violência política que coletamos eram controladas por grupos armados no momento em que as agressões foram perpetradas. A distribuição de casos a partir da verificação realizada foi a seguinte:

TABELA 39 | CONTROLE TERRITORIAL ARMADO NAS LOCALIDADES ONDE OCORRERAM OS CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAÍA DA ILHA GRANDE — 2022 A JUNHO DE 2024

GRUPO ARMADO	N	%
FACÇÕES	18	10%
MILÍCIA	11	6%
NÃO CONTROLADA POR GRUPO CRIMINOSO	71	38%
NÃO IDENTIFICADO	20	11%
N/A	69	37%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTES: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Excluindo-se os casos que não poderíamos considerar como ocorridos em áreas controladas por grupos armados, como os episódios de violência política em ambientes virtuais ou no interior de casas legislativas oficiais, contabilizamos 120 ocorrências — a maior parte (71) em áreas que não eram controladas por nenhum grupo armado. Em territórios sob o domínio de facções ou grupos milicianos foram registrados 29 casos — 16% do total de casos encontrados entre janeiro de 2022 e junho de 2024 —, número relativamente baixo, tendo em vista o domínio territorial dos diversos grupos armados que ocupam a RMRJ e a Baía da Ilha Grande. Cabe assinalar, no entanto, que este número pode ser maior: para 20 casos não foi possível identificar o local exato em que a agressão ocorreu, não havendo como determinar se algum grupo armado controlava aquela localidade e qual grupo seria este. Trata-se, portanto, de soma nada irrelevante.

O Rio de Janeiro foi a cidade em que contabilizamos a maior parte dos casos ocorridos em áreas controladas por grupos armados. Apenas cinco casos nessas áreas ocorreram fora da capital: quatro na Baixada Fluminense e um no Leste Metropolitano. Em contraste, na capital tivemos 24 casos, sendo 19 na Zona Oeste e cinco na Zona Norte.

Mesmo que estejamos diante de um universo pequeno de casos, os episódios ocorridos no Rio de Janeiro apresentam especificidades eloquentes sobre as disputas territoriais protagonizadas por facções e milícias e sobre a participação da polícia nelas. Muito significativamente, todos os casos que ocorreram na Zona Norte da capital em áreas controladas por algum grupo

armado se sucederam após protestos de moradores contra operações policiais realizadas em favelas controladas por uma facção. Na Zona Oeste, dez dos 19 casos registrados se deram nas mesmas circunstâncias.

Historicamente pouco eficazes no enfrentamento à atuação de grupos armados, operações policiais baseadas em incursões são a principal aposta do poder público para lidar com a criminalidade nas últimas décadas. Seus resultados, no entanto, são absolutamente deletérios à garantia de uma segurança pública democrática, sobretudo para negros e negras e moradores de favelas e periferias. Entre 2007 e 2022, foram realizadas no Rio de Janeiro 19.198 operações policiais, dentre as quais 629 resultaram em chacinas que levaram a 2.554 mortes⁵. Desde 2019, sob os governos de Wilson Witzel e Cláudio Castro, o Rio de Janeiro testemunhou oito das dez maiores chacinas de sua história, todas ocorridas durante operações policiais. Em 2023, a letalidade policial no Rio de Janeiro produziu 871 vítimas⁶.

Para além das mortes, os impactos das operações também geram vítimas não fatais e danos à saúde mental de moradores de favelas e periferias e afetam diretamente outras esferas de sua vida cotidiana. Como amplamente noticiado e registrado por diversas pesquisas, as ações policiais em favelas frequentemente são acompanhadas de variadas violações de direitos, como agressões, prejuízos ao patrimônio, a interrupção do direito de ir e vir e a impossibilidade de usufruir de equipamentos públicos e privados nos territórios. De acordo com dados do Instituto Fogo Cruzado, ações e operações policiais são a principal causa de tiroteios ocorridos na RMRJ, tendo sido responsáveis por pelo menos um terço dos tiroteios ocorridos nos seis primeiros meses de 2024 e por mais da metade dos baleados no período⁷.

É preciso que se diga, contudo, que as operações não atingem igualmente diferentes territórios nem os mesmos grupos criminosos. Analisando dados referentes aos confrontos armados ocorridos na Região Metropolitana entre 2017 e 2023, estudo resultante de colaboração entre o GENI/UFF e o Instituto

5. Segundo dados do GENI/UFF (2023).

6. De acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024).

7. FOGO CRUZADO. Relatório semestral: Grande Rio teve 1.346 tiroteios em 2024. *Instituto Fogo Cruzado*, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-rio-primeiro-semester-2024>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Fogo Cruzado (2024) indica que 40,2% dos confrontos com a presença da polícia aconteceram em áreas sob o controle de facções e apenas 4,3% em áreas de milícia. Ou seja, territórios dominados por facções são dez vezes mais afetados por ações e operações da polícia do que territórios onde as milícias prevalecem.

Como apontado em estudo do GENI/UFF e do Observatório das Metrôpoles (2020) sobre a expansão das milícias no Rio de Janeiro, esta seria uma das “vantagens políticas” das quais gozariam as milícias, justamente por serem elas próprias constituídas por membros do poder público, em especial das polícias. Os acordos estabelecidos entre as polícias e os grupos milicianos permitem a estes um claro favorecimento naquilo que se refere à realização de operações em seus territórios. Isto, evidentemente, põe as milícias em posição privilegiada quando comparadas às facções, sobretudo em termos de possíveis prejuízos, como prisões e/ou mortes de seus integrantes, apreensões de armas, mercadorias e dinheiro, mas também na necessidade menor de investimentos em “arregos” destinados à polícia ou em armamentos para a segurança armada das áreas que controlam. Em suma, na relação com as polícias, as milícias têm margem muito maior para a negociação de mercadorias econômicas ilícitas e mercadorias políticas (Misse, 2006).

De certa forma, os dados que apresentamos neste estudo corroboram a predileção da atuação estatal contra determinados grupos armados. Se em áreas sob o domínio de facções as agressões políticas tiveram como pano de fundo protestos contra operações policiais, nas áreas da capital controladas por milícias em que houve eventos de violência política, todas situadas na Zona Oeste, nenhum caso decorreu de contexto similar. Além disso, quando olhamos para os casos ocorridos na Zona Oeste que se deram em áreas sob controle de facções, percebemos que se tratava de territórios que têm sido alvo de disputas entre uma determinada facção e grupos milicianos. No último ano, o Comando Vermelho conquistou diversas favelas, bairros e localidades na região, ainda um reduto das milícias.

A discrepância entre os casos de violência política em áreas de facções e áreas de milícias é uma diferença importante que se verifica mesmo quando consideramos também os ocorridos na Baixada Fluminense (4) e no Leste Metropolitano (1). Abaixo podemos ver todos os casos registrados em áreas controladas por grupos armados sem distinção por região geográfica, apenas por dinâmica do fato e por tipo de grupo armado.

TABELA 40 | DINÂMICA DO FATO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA EM ÁREAS CONTROLADAS POR MILÍCIAS. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
ATENTADO CONTRA A VIDA	4
EXECUÇÃO	4
AMEAÇA	1
AMEAÇA DE MORTE	1
ATAQUE A ESPAÇO POLÍTICO	1
TOTAL	11

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

TABELA 41 | DINÂMICA DO FATO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA EM ÁREAS CONTROLADAS POR FACÇÕES. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	N
AGRESSÃO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTE	5
PRISÃO ARBITRÁRIA DE MANIFESTANTES	5
EXECUÇÃO	4
REPRESSÃO POLICIAL A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA	3
DESAPARECIMENTO FORÇADO OU SEQUESTRO	1
TOTAL	18

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Como se nota, apesar de haver mais casos de violência política registrados em áreas controladas por facções, é nos territórios sob o controle de milicianos que encontramos mais casos de violência que atentam contra a vida de atores políticos (9 de 11). Há nas áreas onde as milícias atuam a mesma quantidade de execuções constatadas nas localidades onde as facções operam a gestão armada do território. Porém, as ocorrências que se dão em áreas sob o comando de facções estão muito mais concentradas em episódios de manifestações políticas (13 de um total de 18), casos em que o Estado, através da polícia, é o principal agressor.

Através das notícias jornalísticas sobre os casos, também procuramos averiguar a possível participação de grupos armados como suspeitos da autoria das agressões que identificamos no atual ciclo de pesquisa. Ao analisarmos as circunstâncias dos casos, verificamos indícios de que as disputas pelo domínio de territórios entre grupos armados podem ter influência direta nas disputas políticas que se desenvolvem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Lançando luz não mais sobre a relação entre as áreas onde ocorreram os casos de violência política e as áreas onde atuam grupos armados, mas sobre as suspeitas quanto ao seu envolvimento em casos de violência política, temos o seguinte cenário:

TABELA 42 | GRUPOS ARMADOS SUSPEITOS DE ENVOLVIMENTO EM CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO — 2022 A JUNHO DE 2024

GRUPO ARMADO	N	%
FACÇÕES	9	5%
MILÍCIAS	6	3%
FACÇÃO E MILÍCIA	1	1%
SEM INFORMAÇÃO	139	73%
N/A	34	18%
TOTAL GERAL	189	100%

FONTES: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Para 73% dos casos não havia informação sobre o envolvimento de grupos armados nas notícias consultadas. É importante frisar que isso não significa que não tenha havido a participação de grupos criminosos como facções, milícias ou grupos de extermínio nesses casos, apenas que as matérias jornalísticas que acessamos não ofereciam esse dado. As razões para a ausência desse tipo de informação podem ser diversas, tais como: a dificuldade em acessar determinadas fontes por parte da imprensa; o risco representado pela divulgação desse tipo de informação (tanto para a segurança de jornalistas quanto para o próprio andamento das investigações); a ausência de uma apuração jornalística rigorosa, tanto no momento do fato quanto no seu acompanhamento posterior; e a precariedade do trabalho investigativo policial. Considerando que

foram contabilizados 58 casos de violência contra a vida por motivação política e 52 casos em que houve utilização de arma de fogo, e que esse é o tipo de expediente empregado por excelência por grupos armados, é razoável inferir que estejamos diante de um quadro subestimado. Principalmente, se considerarmos o conhecido histórico de contratação de matadores de aluguel, grupos de extermínio, seguranças ligados a milícias, e outras formas de jagunçagem por parte de elites políticas e econômicas locais em suas disputas violentas pelo poder (Soares, 2023; Cano e Duarte, 2012; Manso, 2020; Ayoub, 2021; Rodrigues et. al., 2018).

Subtraindo-se os casos (18%) em que já de saída foi possível descartar a hipótese da participação de grupos criminosos armados — em sua maioria, aqueles cujos autores foram agentes do Estado —, temos apenas 9% dos casos mapeados em que grupos armados foram apontados como suspeitos da autoria das agressões, sendo basicamente casos de violência contra a vida, conforme se observa abaixo.

TABELA 43 | DINÂMICA DO FATO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA EM QUE GRUPOS ARMADOS SÃO SUSPEITOS DE ENVOLVIMENTO. REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO — 2022 A JUNHO DE 2024

DINÂMICA DO FATO	GRUPO ARMADO SUSPEITO DE ENVOLVIMENTO			
	MILÍCIA	TRÁFICO	TRÁFICO E MILÍCIA	TOTAL GERAL
AMEAÇA	1	1	1	3
AMEAÇA DE MORTE	2			2
ATENTADO CONTRA A VIDA		1		1
EXECUÇÃO	3	7		10
TOTAL GERAL	6	9	1	16

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA DA PESQUISA.

Novamente, apesar da baixa incidência, um olhar atento às dinâmicas desses eventos nos põe frente a um cenário muito semelhante àquele que já havíamos encontrado na Baixada Fluminense em nossas pesquisas anteriores, no qual se constata a existência de uma zona cinzenta em que é difícil discernir onde se encerra a política e onde se inicia o crime. São casos em que, pelo que pudemos apurar, agressores e vítimas coabitam no mundo do crime e por

isso resta impossível a distinção entre motivações políticas e criminosas para as violências analisadas. O mesmo raciocínio se estende aos casos em que há o envolvimento de atores políticos que têm sua origem nos quadros das polícias, especialmente aqueles em que estes agentes são vítimas, já que, como é de amplo conhecimento, policiais civis e militares do Rio de Janeiro integram ou tem relações com as mais diversas organizações criminosas.

De acordo com as reportagens e notícias encontradas, entre os 16 casos em que paira a suspeição de culpabilidade sobre grupos armados há ao menos seis vítimas que eram policiais e ex-policiais e pelo menos nove casos motivados por disputas diretas entre facções e milícias ou entre grupos milicianos diferentes. Nestes casos — oito execuções e um atentado contra a vida —, todos os atores políticos vitimados eram suspeitos de ter algum tipo de relação com grupos criminosos e de se valer destas relações para alcançar objetivos políticos e vice-versa. Nos demais casos (duas execuções, duas ameaças de morte e três ameaças) não foram encontradas informações que apontassem que as vítimas possuíam ligação com grupos armados.

A person's hands are shown holding a smartphone, with the screen displaying a document. The background is a table covered with various papers, including what appears to be a newspaper or magazine. The entire image is overlaid with a semi-transparent grid pattern in shades of blue and red.

DIMENSÕES FUNDAMENTAIS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA

APRESENTAMOS ATÉ AQUI, EM LINHAS GERAIS, a incidência de diferentes modalidades de violência, suas vítimas preferenciais, autores, vínculos dos envolvidos com a política e com o crime, locais e espaços em que tais dinâmicas se dão. A recorrência e a diversidade de violações, assim como a contundência com que vão de encontro a preceitos básicos de um ordenamento democrático e pluralista, dão a dimensão dos apuros e desafios com que estamos envolvidos e da distância entre a efetiva consolidação da cidadania política e as dinâmicas locais que fazem da atuação pública uma atividade de alto risco. O cenário, contudo, fica ainda mais sombrio e preocupante se abandonamos a descrição de algo próximo do total de casos e descemos até o passo a passo de alguns dos episódios que são expressivos dos dilemas a serem obstáculos superados. Para isso, buscamos casos cuja dramaticidade se revela não propriamente pela recorrência, mas pelo que expressam de contraditório a uma ordem constitucional democrática e pautada pela pluralidade.

VIOLÊNCIA E ÓDIOS POLÍTICOS

No dia 14 de agosto de 2023, véspera do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, a vereadora do Rio de Janeiro Monica Benicio recebeu e-mail “informando” que ela seria objeto de um estupro coletivo com a finalidade de curá-la de seu “lesbianismo”. Na mensagem, o autor, autodeclarado doutor em psicologia social por Harvard, detalha as agressões “terapêuticas” a que a vereadora seria submetida⁸.

No dia 10 de março de 2022, quando apresentava na Câmara Municipal de Niterói o projeto de lei 09/2022 — que institui 12 de novembro como o Dia de Maria Mulambo, entidade cultuada por religiosos de matriz africana —, a também vereadora Benny Briolly foi interrompida por gritos e xingamentos que expressavam racismo religioso, num ataque claramente orquestrado. Um dos vídeos gravados durante a sessão mostra pessoas contrárias ao projeto de lei gritando frases como “Sai fora, macumbeiro!” e “Protetor é Jesus Cristo!”.

8. LYRA, Julio Cesar. Vereadora Benny Briolly denuncia ter sofrido racismo religioso na Câmara de Niterói; veja vídeo. *O Globo*, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/vereadora-benny-briolly-denuncia-ter-sofrido-racismo-religioso-na-camara-de-niteroi-veja-video-25428436>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Duas mulheres trans convidadas pela vereadora, lideranças de terreiro, foram obrigadas a trocar de roupa, retirando suas vestimentas religiosas, para terem acesso à câmara⁹.

Ao observarmos os dados da pesquisa pelo critério de violências políticas com motivação de ódio, identificamos que há uma considerável recorrência de casos que envolvem situações com teor racista, transfóbico, misógino, lesbofóbico, gordofóbico, bem como violências contra povos originários e comunidades tradicionais. A relevância dessa modalidade de violência é reiterada por ela não se restringir a toda sorte de ataques a indivíduos isolados, mas direcionar-se, igualmente, a espaços coletivos e símbolos compartilhados em função do pertencimento a esses grupos. Reunidos, os episódios enfeixados nessa categoria não deixam dúvidas. Embora atinjam diretamente os atores vitimados, essas violências os ultrapassam e têm como foco simultâneo os grupos a que esses atores são vinculados e com os quais são identificados. Podemos dizer que a ampliação do pluralismo político verificado na cena pública brasileira nos últimos anos tem como resposta uma reação virulenta da parte de setores refratários à diversidade e ao reconhecimento da diversidade que caracteriza as sociedades democráticas pluralistas. Daí dedicarmos parte do relatório à análise de casos que dizem respeito aos ódios identitários e outras formas de ódios políticos.

As agressões, ameaças e intimidações são os tipos mais recorrentes de violência política identificados nos ataques motivados por ódios. Violência política contra povos originários e comunidades tradicionais, violências políticas de gênero misóginas, transfóbicas e racistas também estão presentes. Esse conjunto de casos expressa a vulnerabilidade de grupos específicos quando inseridos na esfera política, pois são frequentemente alvos de ataques.

Outros tipos de violência, apesar de aparecerem com menor frequência — como a violência política gordofóbica —, são bastante expressivas acerca da reação à ampliação e à qualificação da esfera pública, e demonstram a recorrência de manifestação de modelos de violência contra grupos vulnerabilizados. Estes episódios atestam a importância de observarmos a violência

9. O DIA. Vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão na Alerj. *O Dia*, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

política a partir dos marcadores sociais da diferença, como a raça, a etnia, o gênero, a classe e a orientação sexual (Davis, 2016; Fanon, 2008), sendo um direcionamento fundamental de análise, que possibilita a compreensão das variadas dinâmicas de violência que atingem atores políticos.

A incidência de agressões contra mulheres cis, trans ou travestis também é bastante expressiva. Essas mulheres sofrem uma variedade ampla de tipos de violência, incluindo agressões físicas, ameaças de morte e outros tipos de ameaça, execuções etc. Temos como exemplo a situação sofrida pela vereadora Monica Benicio (PSOL), viúva de Marielle Franco, relatada no início desta seção¹⁰. Mulheres trans e travestis, especificamente, enfrentam predominantemente agressão verbal e ameaças de morte. Cabe ressaltar também que elas sofrem um conjunto significativo de violência institucional, o que pode ser reflexo de políticas e práticas institucionais discriminatórias, que limitam suas possibilidades em espaços de participação política. A esse respeito, nossa pesquisa identificou dois processos na Comissão de Ética da Câmara Municipal de Niterói contra a vereadora Benny Briolly que têm traços eloquentes de arbitrariedade e perseguição política com motivação racista e transfóbica. Uma das denúncias foi dirigida contra a forma de se vestir de Briolly; outra foi feita por um parlamentar que já havia proferido discursos transfóbicos contra ela, a fim de constranger sua atuação no sentido da reparação das agressões sofridas. Este cenário é consideravelmente preocupante devido à importância da presença de mulheres trans e travestis no cenário político, o que é fundamental para promover uma sociedade mais democrática e inclusiva. Pior, mostra o descompasso da política institucionalizada e das elites ali encasteladas frente a uma sociedade civil pulsante, que se diversifica e se articula de modo plural, dando origem a novos atores coletivos, como os movimentos LGBTQIAPN+ e equivalentes.

É importante observar que esses grupos são mais vulneráveis — que têm ocupado espaços políticos a duras penas, e a partir de larga mobilização no âmbito da sociedade civil — são sistematicamente objeto de violência das próprias instituições estatais, o que definimos aqui como violência de Estado. Ela é bastante

10. NASCIMENTO, Rafael. Mônica Benício registra queixa após ameaça de ‘estupro corretivo’ em e-mail: ‘Requintes de crueldade’. *G1*, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/22/monica-benicio-registra-queixa-apos-ameaca-de-estupro-corretivo-em-e-mail-requintes-de-crueldade.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2024.

expressiva quando ganha contornos, por exemplo, de violência política transfóbica e racista de forma agregada. Isso demonstra o envolvimento de agentes estatais na perpetração de violências direcionadas a pessoas com base em suas identidades de gênero e raça, o que reflete em abusos de poder e disseminação de preconceitos.

Em março de 2023 ocorreu uma situação emblemática nesse sentido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Estava em discussão um projeto de lei da deputada estadual Dani Balbi (PCdoB), primeira parlamentar trans da casa, que tinha como objetivo uma punição mais rígida para casos de preconceito por questões de gênero que fossem praticados por agentes públicos ou em estabelecimentos comerciais. Na ocasião, parlamentares dos partidos União Brasil e PL usaram o microfone do plenário para discorrer falas transfóbicas sobre o uso de banheiros públicos masculinos e femininos por pessoas transgêneros e travestis¹¹. O deputado Thiago Gagliasso (PL) disse que mulheres iriam ao banheiro e sairia “um cão catraz de barba”, enquanto Marcelo Dino (União Brasil) questionou a proposta levantando uma questão sobre “os direitos dos héteros”.

As violências contra pessoas trans na política, principalmente as mulheres trans e travestis que foram alvo dos ataques que relatamos aqui, têm por característica não apenas as ameaças constantes contra suas vidas, mas a reiteração de discursos discriminatórios e preconceituosos. Essas falas profundamente violentas procuram vetar e/ou desqualificar a presença de mulheres trans e travestis — e, nos casos aqui analisados, negras — em espaços da política através da negação do reconhecimento da própria humanidade dessas pessoas (Butler, 1990; 1993).

11. ALVES, Vittoria. Debate na Alerj vira sessão com discursos transfóbicos: ‘A pessoa vai ao banheiro e sai um cão catraz de barba’, diz deputado do PL. *O Globo*, 31. mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/03/debate-na-alerj-vira-sessao-com-discursos-transfobicos-a-pessoa-vai-ao-banheiro-e-sai-um-cao-catraz-de-barba-diz-deputado-do-pl.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Quando o critério de análise sobre a violência de Estado está baseado apenas na violência política racista, temos casos como a repressão policial que ocorreu contra um coletivo cultural em julho de 2023¹². Este coletivo atua em prol do fortalecimento da cultura afro-brasileira e foi impedido pela polícia de promover uma aula de percussão na Zona Sul do Rio de Janeiro, sob a justificativa de que moradores da região estariam incomodados com o som. O fundador do grupo relatou ao jornal Extra que o grupo já fora impedido de tocar outras vezes no local. Segundo ele, tal resistência decorria de racismo e intolerância religiosa, principalmente porque já havia recebido mensagens que o chamavam de “preto macumbeiro” e o ameaçavam de morte.

A análise de casos de agressões políticas contra atores políticos negros revela, ainda, que a agressão verbal é bastante recorrente. Há, além disso, episódios de agressões físicas, atentados contra a vida, ameaças de morte e até execuções — violências que geram medo e insegurança, além de representar um risco real à vida das pessoas negras envolvidas na política. Este panorama demonstra como a variedade de repressões políticas sofridas por pessoas negras pode estar relacionada ao ataque à sua integridade física.

Também é importante analisar de forma comparada as agressões políticas sofridas entre atores políticos negros e brancos, tendo em vista que o racismo estrutural perpassa por diferentes áreas da vida da população negra e pode ser agudizado em espaços políticos historicamente ocupados por pessoas brancas. A agressão verbal é significativamente mais frequente contra pessoas negras (23% dos casos) do que contra pessoas brancas (10,8%). Isso sugere uma forma mais prevalente de violência verbal e psicológica direcionada aos negros. A violência institucional, inclusive, aparece apenas contra atores políticos negros, assim como as depredações de espaços políticos que coletamos foram cometidas contra espaços que afirmam a luta e a memória da população negra.

Assistimos nos últimos anos a um aumento preocupante das violências políticas motivadas por ódios partidários e ideológicos, no bojo do bolsonarismo e do avanço de grupos organizados de extrema-direita na esfera pública e nos espaços de poder. Este é um elemento que certamente está implicado nas

12. QUEIROZ, Thalita. Grupo Tambores de Olokun denuncia que foi impedido de fazer oficina de percussão no Aterro. *O Dia*, 30 jul. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/07/6681460-grupo-tambores-de-olokun-denuncia-que-foi-impedido-de-fazer-oficina-de-percussao-no-aterro.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

dinâmicas que atravessam os casos relativos aos ódios identitários aos quais nos referimos acima. Grande parte das agressões contra pessoas negras, mulheres cis e mulheres negras trans e travestis que analisamos foram praticadas por parlamentares e outras pessoas vinculadas ao bolsonarismo e à extrema-direita.

A ascensão do fascismo na América Latina torna-se evidente com o caso brasileiro. Desde 2016, houve o golpe que resultou no impeachment de Dilma Rousseff; a prisão e a cassação dos direitos políticos de Lula; e, em seguida, a eleição de Jair Bolsonaro — que foi acompanhada de outras eleições de governos autoritários pelo mundo, com campanhas reacionárias e até mesmo traços neofascistas. Isso teve como resultado a popularização da ideia de que a esquerda é o inimigo número um que precisa ser derrotado no Brasil. E, mesmo que Bolsonaro tenha perdido as eleições presidenciais em 2022, a lógica que o sustentou ideologicamente persiste.

Este contexto reflete no aumento de situações de violência, como ataques verbais, campanhas de desinformação, vandalismo e até mesmo agressões físicas. Um dos casos que ilustra tal cenário ocorreu em setembro de 2022 — apenas um mês antes das eleições para presidente — em São Gonçalo, no Leste Fluminense. Uma grávida fazia campanha para o candidato petista a deputado federal Dimas Gadelha, entregando panfletos em um evento público que comemorava os 132 anos da emancipação do município. Testemunhas alegaram que uma comitiva de apoiadores do deputado estadual bolsonarista Douglas Ruas (PL) entrou em briga física com os apoiadores de Gadelha, e teria gritado “aqui é guerra” no ato. Na ocasião, a grávida foi empurrada em direção à rua e foi atingida acidentalmente por um caminhão reboque da prefeitura que dava apoio ao evento. Ela recebeu atendimento médico e ficou bem.

Os ataques a atos políticos representam a maior parte dos casos que envolvem ódios partidários que coletamos, e se referem aos ataques direcionados a eventos ou atividades políticas específicas, como comícios, reuniões ou manifestações. O bolsonarismo incrementou um ambiente de alta tensão política no qual os modos violentos de disputa pelo poder historicamente consolidados encontram uma linguagem política do ódio, marcada por negacionismo, distorção e falseamento da realidade, e fundamentalismo ideológico e religioso. Trata-se de um quadro comum a contextos de emergência de formas de poder autoritárias (Marx, 2011). A maior parte dos ataques a atos políticos analisados na presente pesquisa foram protagonizados por apoiadores do

ex-presidente Jair Bolsonaro. Em julho de 2022, manifestantes que acompanhavam o deputado federal Marcelo Freixo (à época filiado ao PSB e agora ao PT) em uma caminhada na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, afirmaram que foram interrompidos por partidários de Rodrigo Amorim (União Brasil)¹³. Além de Marcelo Freixo, o grupo contava com a participação de Jandira Feghali (PCdoB) e outros apoiadores e pré-candidatos, que relataram ter sido ameaçados e intimidados. Vale ressaltar que nas redes sociais algumas pessoas que estiveram no evento disseram que apoiadores de Amorim estavam armados e usaram isso para assustar as pessoas.

Outra situação que cabe mencionar ocorreu contra apoiadores de Lula em um comício no Centro do Rio, também em julho de 2022. Após cerca de uma hora do início do evento, um explosivo caseiro foi atirado em direção ao público¹⁴. O dispositivo foi feito com um pavio ligado a uma garrafa PET e estava preenchido com um material orgânico semelhante a fezes humanas. Quando explodiu, espalhou os excrementos próximo ao público, provocando um forte odor. Este caso simboliza uma série de outros ataques a apoiadores do presidente petista, desde disparos a um diretório do PT na Zona Oeste a agressões físicas em passeatas em favor de Lula.

Já sobre as agressões físicas, um caso expressivo ocorreu um mês antes das eleições presidenciais de 2022, em que uma jovem de 19 anos foi agredida por um homem com pauladas na cabeça. O caso ocorreu no Centro de Angra dos Reis quando ela estava conversando com amigas em um bar e fez comentários contra Jair Bolsonaro. Elas foram abordadas por um homem de 52 anos que foi expulso do local, mas retornou com um pedaço de madeira e golpeou a jovem na cabeça. Nas redes sociais o agressor demonstrou apoio à campanha presidencial de Bolsonaro.

13. ALTINO, Lucas. Freixo e aliados denunciam intimidação por parte de deputado bolsonarista e apoiadores, na Tijuca. *O Globo*, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/07/freixo-e-aliados-denunciam-intimidacao-por-parte-de-deputado-bolsonarista-e-apoiadores-na-tijuca.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2024.

14. SERRA, Paola. Preso por jogar artefato com fezes em comício de Lula usou adesivos do PT para se infiltrar. *O Globo*, 08 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/07/preso-por-jogar-artefato-com-fezes-em-comicio-de-lula-usou-adesivos-do-pt-para-se-infiltrar.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Os ódios políticos em decorrência de divergências ideológicas também atingiram os espaços públicos educacionais, como universidades e escolas. Exemplo disso são as ameaças de massacre que ocorreram no Colégio Pedro II¹⁵ e na Universidade Federal Fluminense (UFF)¹⁶. Em ambas as situações foram enviadas mensagens de ameaça com teor racista, misógeno e LGBTQIAPN+fóbico. A ameaça direcionada à UFF apresentava os seguintes termos: “Vou limpar essa universidade de um lixo contagioso, gays, travecos, vadias estupráveis, comunistas e esquerdistas”. Já no Pedro II, as ameaças também eram gordofóbicas: “Tem alguma gorda? Preta ou branca? As gordinhas a gente não mata. A gente vai matando e fazendo churrasco com a carne dela”.

Ante o exposto, conseguimos observar como o bolsonarismo e a extrema-direita desencadeiam um fenômeno expressivo: o ódio político. Isso se manifesta de diversas maneiras, desde ataques pessoais até ameaças de morte. Principalmente nos últimos anos, com o avanço da extrema-direita e do fascismo no Brasil, políticos e apoiadores dessa corrente política têm adotado posturas agressivas e discriminatórias em relação a qualquer perspectiva que desafie suas crenças e faça parte de um campo ideológico diferente. Além do mais, acirram uma atmosfera política em que ações violentas fazem parte do cotidiano.

15. O DIA. Polícia Civil investiga ameaça de massacre no Colégio Pedro II. *O Dia*, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2022/10/6511988-policia-civil-investiga-ameaca-de-massacre-no-colegio-pedro-ii.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

16. O DIA. Polícia Federal investiga ameaça de massacre na UFF. *O Dia*, 26 set. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/09/6714281-policia-federal-investiga-ameaca-de-massacre-na-uff.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CONFLITOS POR TERRA E VIOLÊNCIA POLÍTICA

Os povos originários e as comunidades tradicionais enfrentam uma rotina de ameaças no sentido da apropriação de suas terras e, conseqüentemente, seus modos de vida. Estas agressões assumem diversas formas, como a violência física, a invasão de terras e o apagamento cultural. No contexto brasileiro essas comunidades foram historicamente submetidas a processos de colonização e exploração, seja por meio da imposição do convívio com os colonizadores e da restrição de posse aos seus próprios territórios, seja pela subjugação étnica da população (Ribeiro, 1985).

Ribeiro (1985) descreve que no curso do século XX, no percurso entre isolamento e integração, pelo menos 87 grupos indígenas foram levados ao extermínio, mas todos os grupos sofreram reduções demográficas e mudanças consideráveis em seus modos de vida e culturas. Entre 1900 e 1957, a proporção de extermínio foi de 73,4%. Ribeiro também aponta que a forma como estes atores são tratados atualmente corresponde à maneira como eram tratados no período colonial, em que as aldeias eram assaltadas, incendiadas e até mesmo aliciadas.

O primeiro crime reconhecido oficialmente como genocídio indígena no Brasil aconteceu em 1987 e ficou conhecido como “Chacina Xakriabá”, na Aldeia Sapé, reserva indígena localizada no Norte de Minas Gerais. Um grupo de grileiros invadiu o local e, identificando-se como policiais federais, arrombou a casa do vice-cacique, Rosalino Gomes de Oliveira, iniciando um tiroteio. Rosalino foi morto. Seu filho de 10 anos, com revólveres apontados para a cabeça, foi coagido pelos agressores a arrastar o corpo do pai. A mãe do menino, grávida, e uma irmã de apenas dois anos assistiram à cena. Esse episódio teve repercussão internacional e intensificou o conflito fundiário pela posse do território indígena no Brasil (Xakriabá, 2018). No entanto, muitos desses crimes permanecem na impunidade. A autora Xakriabá, que faz parte da comunidade, menciona que as ações de ataque aos indígenas permanecem sendo executadas pelos mesmos grupos políticos e que a frequente invasão dos territórios pelos fazendeiros resulta na diminuição dos recursos naturais, bem como instaura o processo de luta para reaver as parcelas de seus territórios.

Segundo os dados do relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023), ocorreram em 2022 no Brasil 158 casos de conflitos por direitos territoriais contra indígenas e 309 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio que atingiram ao menos 218 terras indígenas em 25 estados do país. O relatório indica que este cenário é fruto de um processo histórico continuado que foi exacerbado pelo governo Bolsonaro e sua política deliberada de ataque e extermínio de povos indígenas no Brasil. Em estados como o Maranhão, o Mato Grosso do Sul e a Bahia, essa política resultou em assassinatos de indígenas com atuação política, inclusive por parte de agentes policiais que atuavam como “seguranças privados” de grileiros e fazendeiros. A região da Baía da Ilha Grande figura no relatório com o registro de dois casos, que dizem respeito a ataques a comunidades indígenas, ameaças de morte e despejo de famílias — os mesmos casos que documentamos em nossa pesquisa.

Em 23 de janeiro de 2023, um homem invadiu a Aldeia Rio Pequeno, em Paraty, e fez ameaças a uma indígena, aos gritos de “Índio não presta, tem que morrer”, entre outros xingamentos, e em seguida foi embora. Ninguém ficou ferido. A vítima a qual o homem se referia foi até a 167ª DP e denunciou o caso. Foram feitas diligências nas áreas próximas à aldeia, sem sucesso. A índia guarani, que não conhecia o agressor, confirmou em depoimento à polícia que, além da ameaça de morte, o homem disse frases racistas.

Esta foi a segunda vez que as terras foram invadidas. A vice-cacique da aldeia, Neusa Kunhã Takuá Martine, além de registrar a ameaça na delegacia de polícia local, acionou o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e a Articulação dos Povos Indígenas (ARPIN Sudeste).

Ainda de acordo com relatos, a aldeia foi invadida também em 2018, quando houve o assassinato do filho do cacique Demércio, João Mendonça Martins, durante conflito com grupos interessados em se apropriar da terra indígena. Em 2020, três grileiros fortemente armados invadiram o local, no mesmo momento em que ocorria uma assembleia para tratar sobre demarcação das terras com todos os caciques de Angra dos Reis, Paraty e Maricá. Os homens, no entanto, foram detidos na aldeia e entregues à Polícia Federal. Desde então a comunidade vem sofrendo inúmeras ameaças por parte de madeireiros e outros especuladores que vivem na região.

Após a invasão, as lideranças indígenas do local pediram mais proteção e segurança. “Não é de hoje que o nosso povo vem sofrendo ameaças. Nós continuamos resistindo e pedindo proteção às autoridades. Após fazermos o registro oficial sobre mais este fato, vamos informar ao estado e aguardamos ações concretas. Estamos divulgando as informações, pois apostamos na solidariedade e na ação comum da sociedade. Respeito e dignidade é o que queremos”, disse Neusa Kunhã. Matéria do dia 27 de janeiro de 2023 do jornal O Dia afirma que o homem que invadiu a Aldeia gritou “Vou matar índio, vou matar mesmo”.

As agressões mais frequentes sofridas por essa população são a agressão física, ameaças e a reintegração de posse de terras. A agressão física pode ocorrer durante conflitos diretos entre comunidades tradicionais e forças de segurança ou grupos interessados em suas terras, e muitas vezes tem o objetivo de intimidar e silenciar os membros das comunidades, a fim de facilitar a remoção de suas terras ou controlar suas ações. As ameaças podem ser utilizadas para pressionar as comunidades a desistirem de suas reivindicações ou se conformarem com demandas de terceiros. Elas podem ser tanto pessoais quanto generalizadas, e envolvem a probabilidade de violência futura ou outras formas de retaliação. Já a reintegração de posse frequentemente é feita por agentes estatais que utilizam mecanismos legais para remover indígenas de seus territórios, o que ocorre em favor de interesses econômicos privados. Esses dados indicam que há uma variedade de violências sofridas pelas comunidades, e cada tipo utiliza estratégias diferentes para subjugar os indígenas.

Vale dizer, ainda, que os ataques provocados, muitas vezes por grandes empresas internacionais, promovem também “epistemicídios”, ou seja, a destruição de conhecimento feita pela destruição de seres humanos (Resende; Martinelli; Martinelli, 2023). Outros conceitos relevantes para compreendermos a luta indígena contra a violência política são etnocídio e ecocídio. O primeiro se ancora no ideal homogeneizador, que promove o apagamento e a invisibilidade da cultura originária, de seus modos de vida, suas línguas, religiosidades e saberes. O ecocídio, por sua vez, define-se pela destruição ambiental, que pode ser feita pelo Estado ou por empresas privadas, e assim “o significado da territorialidade e da preservação do ecossistema para os povos indígenas e comunidades tradicionais é frequentemente deslegitimado” (*ibidem*, p. 9.346). O que está em jogo, dessa forma, não é apenas uma questão de ocupação de terras, mas a destruição de um modo de vida, um mundo.

No que diz respeito à política brasileira, durante a campanha presidencial de 2018 o ex-presidente disse que não demarcaria “nem um centímetro a mais” de terras indígenas durante seu governo. Nesse período o Brasil viveu sob uma política anti-indígena, em que a gestão federal, sob o comando da extrema-direita, suspendeu os procedimentos demarcatórios das terras protegidas no Brasil.

Os povos indígenas, diferente de outras populações tradicionais, como os quilombolas, são reconhecidos como povos originários do Brasil pela Constituição Federal de 1988 — o que significa que seu direito a uma terra determinada é independente de reconhecimento formal (Baines, 2014a) —, mas na realidade cotidiana constantemente sofrem com ataques e invasões. Assim, uns dos maiores desafios no cenário contemporâneo são os conflitos por terra e a violência direcionada aos povos originários e às comunidades tradicionais¹⁷. O alicerce desses conflitos é multifatorial, incluindo a herança colonial, a pressão do setor latifundiário e as dinâmicas políticas. Estes povos têm sofrido, desde o processo da colonização, com a apropriação de suas terras sem consentimento, o que resulta em um histórico de marginalização e injustiça.

Diante disso, a noção de terra indígena torna-se fundamental para essas comunidades, e as diferentes maneiras de territorialidade indígena são resultado de um esforço coletivo para ocupar, usar, controlar e se identificar com o ambiente, transformando-o em seu território (Baines, 2014b). Atualmente, o desenvolvimento do sistema capitalista contribui para a continuidade desse cenário, tendo em vista que o avanço das atividades extrativistas, como a agricultura em larga escala e a mineração em terras indígenas, está em estado de crescimento, tendo como consequência a intensificação das disputas territoriais. A exploração de recursos naturais resulta em frequentes invasões e no desmatamento de terras indígenas — principalmente por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, o que ameaça a integridade das comunidades locais.

Os principais atores que protagonizam tais conflitos hoje em dia são os grandes latifundiários e as grandes empresas. Os primeiros são proprietários de extensas áreas de terras e recorrem a práticas ilegais, como a grilagem, para expandir seus territórios. Já os segundos são geralmente empresas do agronegócio, mineradoras ou da indústria da madeira, que desejam explorar os recursos

17. Cabe enfatizar que o termo “povos originários” abrange os povos indígenas, enquanto “comunidades tradicionais” engloba também quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, entre outros.

naturais brasileiros. No caso da Baía da Ilha Grande, nesta região atuam também grupos empresariais ligados ao turismo, à especulação imobiliária e ao setor energético.

Assim, uma das consequências deste tensionamento é a violência política direcionada aos povos originários e às comunidades tradicionais. A violência pode assumir diferentes frentes, como agressões físicas, ameaças e até mesmo a implementação de políticas públicas que marginalizam e restringem os direitos da população indígena. A perda de terras, inclusive, dificulta as possibilidades de manutenção e conservação dos modos de vida dessa população.

A falta de garantias efetivas de proteção para as terras indígenas promove de maneira recorrente confrontos violentos entre a população originária e tradicional e os grupos que desejam explorar as regiões que pertencem a ela. Em muitas situações, líderes indígenas e defensores dos direitos humanos sofrem ameaças, intimidações e até mesmo execuções, em razão de sua resistência em continuar ocupando os territórios. Infelizmente, a impunidade de muitos desses casos contribui para a perpetuação da violência e do medo nessas regiões.

Analisamos, como exemplo, um caso que ocorreu na cidade de Mangaratiba. Em junho de 2022, indígenas do território Cunhambebe Pindorama, que habitam o Parque Estadual do Cunhambebe, denunciaram uma agressão cometida pelo prefeito de Mangaratiba contra uma indígena durante uma visita ao local, com o objetivo de reintegração de posse da área retomada. O prefeito também teria pronunciado falas racistas e preconceituosas contra a comunidade¹⁸.

Um vídeo do momento foi gravado e publicado nas redes sociais, e mostra como os ataques aconteceram: o prefeito empurra uma mulher indígena e manda de forma agressiva um homem indígena soltar o arco e a flecha. Os povos da retomada Cunhambebe Pindorama denunciaram, ainda, que o prefeito teria dito, como forma de ameaça: “Manda esse povo fantasiado sossegar, porque senão vai ficar ruim para eles”.

18. DIAS, Pâmela. Indígenas denunciam agressão e falas racistas de prefeito de Mangaratiba (RJ), após desentendimento por terra. *O Globo*, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/indigenas-denunciam-agressao-e-falas-racistas-de-prefeito-de-mangaratiba-rj-apos-desentendimento-por-terra.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Cabe ressaltar que o território Cunhambebe Pindorama foi ocupado por mais de 400 indígenas de 32 etnias diferentes por meio do movimento “Retomada Cunhambebe”, com o objetivo de retomar a posse da região — que tem um valor ancestral para os Tupinambás — e concretizar a autodemarcação do local como uma Terra Indígena. Este movimento ocorreu em razão da comunidade ainda não ser reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A Prefeitura de Mangaratiba, inclusive, pediu uma liminar de reintegração de posse, apontando que os povos da retomada Cunhambebe Pindorama não são reconhecidos pela Funai porque não possuem tutela orfanológica. O documento também alega que não há terras indígenas demarcadas em Mangaratiba e por esse motivo a ocupação seria ilegal.

A liminar da prefeitura pode ser considerada um ato de violência porque, apesar do grupo não ser reconhecido pela Funai, isso não diminui a importância de seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A reintegração de posse sem levar em conta os direitos e as necessidades da população indígena é, portanto, uma violação de seus direitos fundamentais. Além disso, mesmo sem reconhecimento formal, essas comunidades têm uma relação ancestral e histórica com as terras indígenas, e a perda desses espaços contribui para a falta de recursos naturais e locais de moradia, o que gera severos impactos negativos na vida dessas populações.

Um conceito interessante para entendermos a ocupação Cunhambebe Pindorama é “autodemarcação”, termo que diz respeito à ação dos próprios indígenas de delimitar suas terras, abrir as picadas nas divisas, colocar os marcos e as placas indicativas e, em algumas situações, retirar os ocupantes não indígenas. Esse processo responde à demora dos órgãos responsáveis em realizar a demarcação formalmente. No Rio de Janeiro, por exemplo, os Guarani Mbya fizeram o processo de autodemarcação em Angra dos Reis e seguem lutando por seus direitos, suas terras e seu modo de vida (Rocha, 2017).

Vale mencionar que os debates em torno dos movimentos de autodemarcação são diversos: por um lado, há a perspectiva de que seja uma maneira de acelerar a demarcação oficial; por outro, opositores aos movimentos indígenas e especuladores entendem que seja uma ofensa às leis e à soberania nacional — apesar de alguns órgãos indigenistas garantirem que é um processo legal e de autonomia dos povos. Podemos dizer que a autodemarcação é uma maneira de proteção territorial que busca proteger a natureza: os animais, as florestas e as águas. É, assim, uma estratégia de intervenção política (*ibidem*, 2017).

O Ministério Público Federal (MPF) moveu uma ação civil pública para garantir o direito à segurança da Aldeia Rio Pequeno, em Paraty, atacada em 2023, com o objetivo de assegurar que o governo estadual e a Funai tomassem providências para diminuir os casos de violência na região. Uma das solicitações da ação é que o estado do Rio de Janeiro treine e capacite suas forças de segurança em Angra dos Reis e em Paraty para que elas saibam lidar com questões relacionadas à população guarani que envolvam seus direitos, suas tradições e culturas. A Funai, por sua vez, ficaria responsável por criar conselhos consultivos, elaborar protocolos de cooperação e formar equipes de segurança comunitária. Todas essas etapas devem contar com a participação e a tomada de decisões dos membros da aldeia¹⁹.

Observamos, a partir dos resultados da pesquisa, que há uma concentração desses casos na Baía da Ilha Grande. Na região entre Angra dos Reis e Paraty a violência contra aldeias indígenas é frequente. O município de Paraty, por exemplo, tem uma história vinculada aos grandes ciclos econômicos do país (como o ouro, a cana-de-açúcar e o café) e uma considerável diversidade cultural, formada por povos tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas. Tais grupos enfrentam conflitos socioambientais em razão das disputas e formas de regulação territorial — especulação imobiliária, grilagem de terras e leis ambientais (Souza, 2017).

Feitosa e Silva (2015) documentam um processo intenso de conflitos por terras na região da Baía da Ilha Grande desde meados do século passado no qual há constante emprego de intimidações por meio da justiça, com processos de expulsão de comunidades e criminalização de seus membros; do uso arbitrário das forças de segurança para a promoção de ações violentas do Estado; e da atuação de grupos religiosos, com padres e pastores que atuam a favor de grupos de poder econômico e político. As autoras relatam, ainda, o uso de violência direta, com o emprego de jagunços a serviço de grileiros, fazendeiros e grupos empresariais. De acordo com o levantamento das pesquisadoras, dos 133 conflitos por terras registrados no estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980 56 ocorreram nessa região (*ibidem*. p. 293). As

19. O DIA. MPF move ação para garantir segurança de indígenas na Aldeia Rio Pequeno, em Paraty. *O Dia*, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6564356-mpf-move-acao-para-garantir-seguranca-de-indigenas-na-aldeia-rio-pequeno-em-paraty.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

articulações entre Estado, empresários e grileiros; o emprego de dispositivos jurídicos e cartoriais; e o uso de jagunços, seguranças e outras formas de milícias privadas são uma fórmula recorrente nos modos de apropriação de terras de comunidades tradicionais e povos originários e de destruição de seus modos de vida (Ayoub, 2021).

Os casos mencionados aqui são reveladores para compreender a complexidade do debate sobre direitos territoriais e conflitos por terra. Os relatos ilustram as tensões que envolvem diferentes interesses e demonstram como as comunidades indígenas e tradicionais lutam por reconhecimento e respeito aos seus direitos.

DA VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO E PRINCÍPIO ESTRUTURANTE DA AÇÃO POLÍTICA

Agressões física e verbal, intimidação, ameaça, predação de símbolos coletivos e violação de território fazem parte do diversificado e extenso repertório de instrumentos de violência contra adversários políticos que têm na letalidade sua expressão mais proeminente e radical. Eles atestam os limites de efetividade dos parâmetros democráticos para o regramento da competição política no território fluminense. Todos são largamente utilizados, compondo a constelação de recursos mobilizados por atores cuja influência política, por vezes, extrapola as fronteiras municipais e estaduais. A ampliação de nosso escopo de análise desde a primeira etapa de pesquisa até o presente momento — quando as fronteiras territoriais são ampliadas e as modalidades de ações enfeixadas no conceito de violência política são redefinidas para além das execuções — evidencia que o recurso à violência como instrumento de atuação na política fluminense é bem mais amplo, recorrente, diversificado e validado do que se poderia presumir. Como já indicamos, a violência política como ferramenta competitiva não está restrita aos períodos mais acirrados, quando há os pleitos eleitorais, nem está isolada nos grotões do estado. A atual rodada de investigação, contudo, nos revelou um aspecto que até então nos escapara: a violência política pode e deve ser pensada não apenas em suas manifestações mais abertas e episódicas, em que funciona como instrumento, mas também como elemento estruturante do significado da atuação política segundo alguns atores.

Esta segunda modalidade a que nos referimos ao fim do parágrafo anterior, e que passamos a chamar de violência política como princípio estruturante de atuação, é substantivamente diversa da violência política instrumental. Ela não se caracteriza por ser a coleção de episódios de violência política nem se define pelo complexo de estratégias ali mobilizadas. Aquilo que chamamos de violência política estrutural ultrapassa, portanto, o somatório inventariado de casos apurados e diz respeito à forma como a política é semantizada — como uma atividade de risco, um campo de confronto altamente perigoso em que os opositores são entendidos como ameaças ao devido ordenamento social e, conseqüentemente, devem ser erradicados da vida pública.

Essa modalidade de violência política estrutural, repetimos, não se define como um somatório de casos e modalidades de violência instrumental. Ela os ultrapassa por se referir ao modo como os atores se organizam, legitimam-se e conferem sentido a suas performances, mais do que se reporta às performances propriamente ditas. Podemos, para deixar o ponto mais claro, remeter-nos à definição de política antagonística a que se refere Chantal Mouffe para diferenciar a definição do político que, de certo modo, inspira a lógica nazifascista de seu próprio modo agonístico de entender o político (Mouffe, 2015). Enquanto o primeiro, que tem em Carl Schmitt sua referência provavelmente mais sofisticada, pensa o político como campo de embate entre atores que focam na destruição efetiva de seus adversários, o político, da perspectiva agonística, seria o campo de embates regulados entre adversários que se enfrentam constrangidos por um regramento que organiza e impõe limites ao conflito entre eles, garantindo a pluralidade de agentes que ocupam o espaço público.

O quadro com que estamos lidando no Rio de Janeiro parece indicar que, a despeito do sistema político formalmente funcionar segundo a lógica competitiva própria das democracias liberais, na prática a elite política é pautada pela lógica antagonística segundo a qual a atuação política visa à destruição, efetiva ou simbólica, dos adversários e sua erradicação da esfera pública. Seleccionamos dois casos para sustentar nossa percepção. Passemos a eles.

No dia 8 de março de 2023 o deputado estadual Marcio Gualberto, policial civil licenciado e então presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj, registrou em suas redes sociais que fora vítima de uma

tentativa de assalto²⁰. Segundo o relato, seu carro foi fechado numa rua de Padre Miguel, bairro da Zona Oeste carioca, e foi alvejado por tiros de pistola e fuzil. Após ele e seus seguranças reagirem, os assaltantes teriam fugido.

O relato completo do deputado é rico em detalhes. Ele discorre sobre como, após ser fechado, seu carro deu ré na tentativa de escapar à manobra sofrida e como ele e seus seguranças reagiram atirando e iniciando uma perseguição aos assaltantes, que fugiram. Defensor de políticas duras no campo da segurança pública, o deputado não causou espanto ao se manifestar sobre o ocorrido aproveitando para valorizar sua agenda de endurecimento contra o crime: “Eu sou mais um dos milhares de brasileiros que sofrem todos os dias a violência fortalecida por uma legislação frouxa no combate à criminalidade. Não quero me acostumar com essa realidade e é por isso que eu luto por leis mais duras para os presos. Não tem que ter saidinha, não tem que ter visita íntima. O preso tem que trabalhar para sustentar sua família. O combate ao crime vai continuar, vou continuar lutando por isso²¹”.

O uso do episódio para o fortalecimento da agenda anticrime de um parlamentar egresso de corporação policial, que ocupa cargo estratégico na assembleia (preside a comissão especializada nesses assuntos), não surpreende. Há, contudo, um elemento na fala do deputado que merece maior interesse e destaque. Embora se pronuncie sempre como vítima de um crime comum, uma tentativa de assalto, sem qualquer conexão com sua inserção política, logo após a ocorrência ele fez o seguinte registro em suas redes: “O carro em que estava foi fechado por um outro agora a pouco. Conseguimos dar uma pequena ré. Dois criminosos desceram e começaram a atirar. Revidamos. Houve uma troca de tiros. Eram aproximadamente 4 bandidos. Aparentemente um tiro de fuzil acertou o carro em que estava. Mas, apesar disso, estamos bem. O combate aos criminosos continuará. Deus seja louvado” (sic).

20. O DIA. Carro de deputado Márcio Gualberto é alvo de ataque a tiros na Zona Oeste. *O Dia*, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/03/6806192-deputado-marcio-gualberto-e-vitima-de-ataque-a-tiros-na-zona-oeste.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

21. O DIA. Carro de deputado Márcio Gualberto é alvo de ataque a tiros na Zona Oeste. *O Dia*, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/03/6806192-deputado-marcio-gualberto-e-vitima-de-ataque-a-tiros-na-zona-oeste.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

É importante notar o uso da conjunção adversativa “mas”, que liga a descrição do ocorrido à atuação do parlamentar: “(...) um tiro de fuzil acertou o carro. Mas, apesar disso, estamos bem. O combate aos criminosos continuará”.

Sub-repticiamente, o tiro de fuzil é figurado como uma ação que fracassa não exatamente porque o assalto tentado não é consumado, mas porque, a despeito dele, os criminosos seguirão sendo combatidos. Por esse quase discreto recurso retórico, os “criminosos” são inscritos não como aparecem inicialmente, assaltantes comuns, mas como adversários de sua atuação parlamentar — que, a despeito do ocorrido, seguirá também com a louvação a Deus. O crime comum se inscreve, portanto, no campo político e o coloniza.

Um segundo caso envolve um vereador do Rio de Janeiro: Carlos Bolsonaro. Conhecido militante pela flexibilização do acesso a armas e pela virulência com que usa as redes sociais para defender suas posições e atacar adversários políticos, o vereador foi a público, em dezembro de 2023, comunicar que denunciaria à Polícia Civil ataques que seu comitê em Bento Ribeiro viria sofrendo.

No vídeo veiculado em suas redes sociais, Carlos Bolsonaro dizia que esta era a terceira ocasião em que um mesmo homem atirava pedras nas câmeras de segurança de seu comitê e que esperava, diante da repetição desse tipo de ocorrência, que a Polícia Federal revisse o posicionamento anterior e suspendesse a cassação de sua posse de arma para que ele pudesse se defender de eventuais ataques à sua pessoa. “Espero que a Polícia Federal e as autoridades pertinentes sejam sensibilizadas diante do terceiro fato seguido após a retirada do meu porte de arma para que possa ter legítima defesa”, alegou Bolsonaro na ocasião. Aqui, o advérbio “após” conecta os episódios de predação a seu comitê à privação de seu porte de arma e à ameaça à sua integridade. É como se a decisão da Polícia Federal estivesse diretamente relacionada a uma suposta vulnerabilidade que colocaria em risco sua vida²².

22. AZEVEDO, Luis Felipe. Carlos Bolsonaro registra boletim de ocorrência por ‘ameaça de morte’ na Câmara Municipal do Rio. *O Globo*, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/03/carlos-bolsonaro-registra-boletim-de-ocorrencia-por-ameaca-de-morte-na-camara-municipal.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2024.

Na mesma postagem, ele lembrou o atentado a faca sofrido por seu pai, Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral de 2018. Ao fazer essa associação, o vereador remeteu um crime com todos os indícios de predação de patrimônio a um dos mais impactantes crimes políticos ocorridos recentemente no país. Além disso, acentuou que o Rio de Janeiro, município em que atua, está entre os mais violentos do estado.

Privado do direito ao porte de arma pela Polícia Federal desde julho de 2023, Carlos Bolsonaro usou o episódio relatado como argumento para a recuperação do que alega ser seu direito à proteção individual. Aos perigos inerentes à vida em terras cariocas, ele figura a atuação política como razão adicional para a recuperação do porte e reitera um dos motes de sua plataforma política, segundo a qual a autoproteção deve ser encarada como direito inalienável. Remete, portanto, a prerrogativas privadas à proteção pela atuação na esfera pública.

Os dois casos acima relatados são expressivos de uma lógica que tem sido imprimida por uma parcela expressiva das elites políticas fluminenses e vem ganhando espaço nas casas legislativas: uma atividade perigosa que traz riscos a quem nela está envolvida, a política funciona em consonância à lógica da guerra.

Esse tipo de atmosfera não é facilmente mensurável e não se apoia em episódios específicos, embora eles possam expressá-la ou simplesmente justificá-la. A violência política como princípio estruturante da atividade pública dos atores engajados nas instituições, em grupos organizados e equivalentes, fundamenta uma agenda que nega a legitimidade de demandas, chancela a negação de certos atores, e apoia o recurso à violação de direitos e ao uso da força. Mais do que isso, torna essas práticas a razão de ser da política e não sua negação, o que de fato é. Ironicamente, para além do que os números podem mostrar, a violência se torna recurso recorrente e naturalizado, elemento estruturante da política e ato performático contra o qual, apresentando-se na condição de vítima, atores políticos podem “ostentar” suas alegadas virtudes de combatentes anticrime. Daí a movimentação recorrente de membros do legislativo estadual, por exemplo, pelo acesso a carros blindados e mais profissionais para sua segurança pessoal. Do mesmo modo, a violência política como princípio estruturante da atividade política reduz o escopo do recurso às instituições formais para resolução de conflitos e ordenamento social, incrementando e naturalizando as formas privatizadas de proteção e a garantia do respeito ao ordenamento político.

Finalmente, cenas por nós catalogadas, como a que envolve adversários políticos em conflito no plenário da Câmara Municipal de Belford Roxo, expressam bem nosso ponto. Ali, num contexto de redefinição de alianças, em que antigos parceiros se tornam inimigos, estratégias políticas são abordadas como traição e as disputas políticas se traduzem em agressões físicas, ameaças e ocupação do plenário por partidários armados. Nesse caso, a violência política como princípio estruturante é dramatizada no sentido levantado por Victor Turner (1974): a representação de uma forma socialmente construída de conferir sentido a práticas coletivas. Esse episódio, que só encontra equivalentes em repúblicas autocráticas e com baixos índices de institucionalização, é expressivo, sobretudo, por se passar no parlamento, o local por excelência de realização concreta do modelo político moderno, pautado pelo uso da palavra e da discussão regrada.

Há alguns anos começou-se a observar um processo batizado de “militarização” da segurança pública. Essa expressão refere-se, de modo geral, ao processo de predomínio da retórica da guerra às drogas e ao crime organizado em detrimento da lógica da garantia de direitos e do respeito a marcos fundamentais estipulados pelas agências internacionais dos direitos humanos. O crescimento do número de profissionais vinculados a instituições especializadas no uso da força (polícias e forças armadas) nas casas legislativas seria a expressão dessa tendência. O adensamento da violência política como princípio fundador da ação política leva a um deslocamento preocupante para a democracia brasileira, que indicaria algo como uma militarização da política em que a dinâmica da guerra e da política antagonística, tal como descrita por Chantal Mouffe (2015), sobrepõe-se aos marcos formais da ordem constitucional.

CONFLITOS ENTRE ELITES POLÍTICAS LOCAIS: UM RACHA NA BAIXADA

A Baixada Fluminense tem se revelado, ao longo de nossos estudos, uma região central para a compreensão das relações entre política e violência, em especial no que tange às conexões entre poder armado e poder político nas disputas intra-elites. Segundo o portal do Tribunal Superior Eleitoral, essa região concentra 2.906.247 eleitores habilitados para participar do pleito eleitoral de 2024²³, o que indica que estamos lidando com uma área não somente extensa, mas muito relevante do ponto de vista político-eleitoral.

Um dos disparadores do racha que deflagrou uma série de conflitos em uma cidade da Baixada se deu em função das eleições presidenciais de 2022, quando prefeito e vice-prefeito optaram por apoiar Lula e Bolsonaro, respectivamente. As discordâncias entre os principais líderes políticos do município tiveram desdobramentos que romperam acordos anteriores, dando início a uma série de violências, inclusive no interior da câmara municipal.

A relação entre os dois principais políticos da cidade tem uma trajetória que se estende desde 2016, um período de quase dez anos em que estiveram no comando local, estendendo seus privilégios a seus grupos de vereadores. Em 2012, o atual prefeito perdeu a disputa pela prefeitura, ficando em segundo lugar nas eleições. No mesmo ano, o atual vice-prefeito se destacou sendo o vereador mais votado na história do município. Foi então que, em 2016, os dois se uniram e conseguiram vencer as eleições, dando início à parceria que lhes rendeu também a vitória no ciclo eleitoral de 2020, mantendo a atual composição da chapa.

A expressividade eleitoral da cidade pode ser percebida pelo fato de que a deputada federal e o deputado estadual mais votados do Rio de Janeiro são oriundos desse município. O sucesso eleitoral dos dois políticos contava com uma aliança política que envolvia o chefe do Poder Executivo municipal, que mobilizava seus recursos políticos também como presidente estadual do partido União Brasil.

23. TSE. *Eleitorado da eleição/Estatísticas do Eleitorado*. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=102219022529985>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Nacionalmente, o grupo influenciou a disputa pela presidência do país em 2022, quando o candidato à reeleição pelo PL, Jair Bolsonaro, obteve no segundo turno 1.315.388 votos na Baixada Fluminense, ao passo que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu apenas 859.236 votos na região. Apesar da disparidade entre o número de votos recebidos por cada candidato na Baixada, os atores políticos daquela cidade — considerada uma das mais estratégicas para o sucesso eleitoral de Lula no estado — tiveram uma grande influência na contenção do bolsonarismo no Rio de Janeiro. O apoio do prefeito ao atual presidente foi considerado fundamental para a retomada da democracia no país. Entre o primeiro e o segundo turnos, seu apoio foi intensamente disputado pelos candidatos à presidência — até que ele declarou apoio ao presidente Lula. O grupo que apoiou o candidato vitorioso nas eleições para a presidência ganhou, então, destaque nacional.

A união entre as duas elites políticas foi subsidiada por um acordo de alternância nos poderes que envolvia a presidência da câmara municipal, que variava anualmente entre os grupos, e a concessão da candidatura para o comando do Executivo municipal em 2024 ao atual vice-prefeito. Entretanto, a divergência entre o prefeito e seu vice fez com que esses acordos fossem quebrados. A transição do comando da casa legislativa para o grupo aliado ao vice-prefeito enfrentou resistência do grupo liderado pelo prefeito, que decidiu lançar outro candidato para a prefeitura nas eleições de 2024.

Na primeira parte desta publicação, apontamos a concentração de casos em que políticos promoveram agressões, especialmente vereadores, conjugadas ao fato de que muitas dessas agressões ocorreram no interior de câmaras municipais. A extensão do conflito às bases municipais fez com que os vereadores entrassem no embate político, o que não se restringiu às disputas retóricas e/ou verbais dentro dos limites democráticos, e se estendeu a uma série de violências. O racha fez com que os casos de agressões, ameaças e intimidações com motivação política na Baixada Fluminense saltassem de seis para 20 entre 2021 e 2023, com a maior parte dos registros concentrados no ano de 2023.

Palco principal dessas agressões, a câmara municipal foi o local onde as dissidências entre os dois grupos se materializou em agressões físicas e verbais, contando inclusive com um episódio de disparo de arma de fogo — feito por um dos muitos partidários que participavam da discussão armados. Em vídeos veiculados em setembro de 2023, é possível observar momentos em que

vereadores e seus aliados entram em confronto físico com empurrões, socos e tapas. Um dos registros mostrou um parlamentar com uma arma na cintura. A confusão generalizada foi acompanhada de perto por policiais militares, guardas municipais e seguranças pessoais dos políticos envolvidos.

O estopim do conflito foi o comando da casa legislativa. Dois vereadores licenciados tentavam retomar seus mandatos após o pedido de exoneração das secretarias municipais que chefiavam. Os secretários, aliados ao vice-prefeito, eram os votos necessários para destituir o presidente da câmara, que ainda mantinha seus laços com o prefeito. Os parlamentares — que não teriam sido exonerados em função de uma queda de luz na sede da prefeitura que, segundo o prefeito, afetou o sistema das secretarias — exigiram sua participação na votação que poderia definir o fim do mandato da presidência da câmara, o que gerou discussões e agressões físicas.

No estacionamento da câmara municipal, um rastreador GPS foi instalado por um adversário no carro do secretário municipal de Cultura, sendo inicialmente confundido com uma bomba. A vítima acionou a polícia, que recorreu ao esquadrão antibombas para avaliar do que se tratava o dispositivo. Qual seria a finalidade de rastrear o aliado do prefeito é uma incógnita, mas revela que os embates políticos não se restringem ao interior da casa legislativa nem aos limites democráticos da disputa política.

Menos de um mês depois, a sala de uma secretaria municipal foi invadida por cinco vereadores, sob alegação de que fariam uma fiscalização na execução de um contrato. Durante a invasão, os políticos denunciaram um funcionário da secretaria que, segundo eles, estaria com um carro clonado, o que não foi confirmado pelos policiais militares que foram até o local. A denúncia infundada, entretanto, fez com que 12 agentes de segurança pública, em três viaturas da Polícia Militar, fossem deslocados até a secretaria para checar a situação. A presença dos policiais no local, por sua vez, virou queixa na corregedoria da PMERJ, uma vez que nenhum dos 12 agentes estava identificado.

Quase dois meses depois da invasão da secretaria, uma nova invasão fez da câmara municipal novamente o palco de mais violência política. Em nova votação para a mesa diretora, o prefeito teve sua entrada no plenário impedida por seguranças da câmara, o que deu início a uma nova confusão generalizada, que também foi acompanhada por policiais militares.

As desavenças políticas afetaram, ainda, uma escola de samba local que foi despejada do galpão que utilizava há cerca de 20 anos, sob alegações da prefeitura de que o espaço vinha sendo usado de maneira irregular. A desapropriação teria sido determinada pelo prefeito dois dias depois que o presidente da agremiação declarou apoio ao vice-prefeito, agora seu adversário político, para as eleições de 2024. Cabe salientar que o presidente da escola de samba é também presidente municipal de um partido político relevante no contexto da cidade e parte de uma família tradicional na política local. Vítima da disputa política, a escola perdeu recursos financeiros e enfrentou dificuldades para realizar seus ensaios de rua, tendo que fazê-los numa cidade vizinha. Além disso, a agremiação mudou de última hora o enredo que levou à avenida, passando a fazer referência à trajetória de trabalhadores ambulantes, tal qual o histórico pessoal e familiar do vice-prefeito, embora o presidente da escola negasse uma relação direta entre o político e a opção pelo novo enredo.

Outra desapropriação foi noticiada como consequência das disputas políticas entre as elites locais. Agora o alvo foi um estádio usado para treinos e outras atividades por um time de futebol local. O time é presidido pelo presidente municipal do mesmo partido com grande expressão municipal ao qual nos referimos acima. Este caso de desapropriação se insere, portanto, nos enredos das disputas políticas entre prefeito e vice-prefeito.

Mais do que uma nova composição de tipos de violência política encontrados, o racha entre os dois principais grupos políticos da cidade é uma expressão contundente do modo pelo qual as dissidências políticas municipais se desdobram em eventos atravessados por violências, como agressões físicas e verbais, intimidações e outras formas de assédio, inclusive por vias institucionais. Mostra, também, como tais conflitos não se limitam à política estritamente, mas se estendem a outras esferas da vida coletiva e das dinâmicas locais, sobretudo em nichos de forte apelo popular, como são os casos do time de futebol e da escola de samba. Os efeitos disruptivos dos conflitos políticos e a virulência com que se desdobram podem ser encarados como definidores de um padrão de vida pública que as instituições da política, em lugar de regularem, usam como vetores de potencialização. Daí podermos tomar esse caso como um retrato expressivo da política na Baixada Fluminense.

CONCLUSÃO



ESTE CICLO DA PESQUISA TRABALHOU com o conjunto de casos mais amplo que analisamos até agora. A ampliação do estudo para toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro resultou na apuração de 189 casos de violência política em um período de dois anos e meio. No que se refere à construção de uma série histórica de execuções políticas na Baixada Fluminense, que compreende o período de 2015 a junho de 2024, contabilizamos 60 casos na região. Para além da Baixada, nosso estudo identificou dez execuções e dez atentados contra a vida na capital entre 2022 e junho de 2024, a maior parte concentrada nas zonas Oeste e Norte. Houve, ainda, duas execuções em São Gonçalo no período. Os assassinatos políticos consistem, assim, a dimensão mais expressiva das articulações entre poder de matar, poder político e poder econômico que temos debatido desde que começamos a pesquisar as relações entre violência e política.

Outro tema recorrente em nossa pesquisa é a participação de policiais nas cenas de violência política. Um conjunto relevante de vítimas e de agressores identificados pertence ou pertenceu às corporações policiais. Temos, então, um indicador de um duplo processo. Há, por um lado, a conversão do poder armado que o Estado lhes outorga em poder político, através da atuação de policiais como seguranças, pistoleiros, matadores e jagunços. Nesses casos, podemos afirmar que há uma apropriação privatizante do uso da força por agentes públicos. Se isso não bastasse, percebemos que alguns policiais acabam fazendo dessa prerrogativa — que, repetimos, é conferida a eles pelo Estado — uma plataforma para a construção de trajetórias políticas. À luz do que encontramos em nosso levantamento, essas migrações têm se revelado desastrosas, potencializando o uso da força nos embates políticos, alimentando dinâmicas pouco republicanas de diluição das fronteiras entre o público e o privado, o lícito e o ilícito, e reforçando a estrutura de funcionamento que faz da política uma atividade de altíssimo risco. Nossos dados mostram, adicionalmente, uma forte tendência à radicalização ideológica das forças policiais, o que certamente foi promovida e potencializada pela onda conservadora e pelo crescimento da extrema-direita no contexto contemporâneo.

A atuação de policiais como contratados de poderes políticos locais dialoga com outra dimensão importante dos vínculos entre política e poder de matar: o modo pelo qual o controle territorial armado por grupos criminosos interfere na política. Facções do tráfico decidem quem pode e quem não pode fazer campanha nas áreas controladas por elas e podem exercer coerção sobre os eleitores a favor de determinados candidatos. Já as milícias têm articulações diretas com poderes políticos locais e lançam ao poder atores saídos de suas fileiras, muitos deles com vasta carreira criminal e, recorrentemente, com passagens por forças policiais (Trudeau, 2022; Albarracin, 2017; Cano e Duarte, 2012; Soares, 2023). As dinâmicas das execuções políticas que nosso estudo reúne também indicam intensa participação de organizações criminosas armadas, como grupos de extermínio.

Em um conjunto considerável de casos são os próprios políticos que figuram como agressores. Não apenas as disputas pelo poder são atravessadas pela violência, mas o próprio exercício do poder político apresenta modos violentos de operação. Grande parte dos casos nos quais os políticos (em todos os casos, homens) perpetraram atos violentos ocorreram em espaços institucionais, como plenários de casas legislativas, gabinetes e salas de secretarias de governo. Se, no campo das relações clandestinas, políticos locais lançam mão do poder armado, nas casas do governo e da lei eles não deixam de atuar violentamente, xingando, difamando, agredindo fisicamente e ameaçando opositores. Políticos performam nos púlpitos masculinidades que têm como eixo os signos da violência como poder. Foram nesses espaços que diversas agressões com conteúdo de ódios raciais e LGBTQIAPN+fóbicos tiveram lugar.

Ódios identitários, ideológicos e partidários também tiveram destaque nos casos que monitoramos. O racismo, a misoginia, a transfobia, a lesbofobia e a gordofobia foram motores de diversas agressões que analisamos. Estes são atributos estruturais das formas violentas de constituição dos poderes políticos no Brasil que são reforçados pelo bolsonarismo e pela extrema-direita como fator conjuntural.

O bolsonarismo ampliou a escala dos usos dos discursos sobre violência e segurança pública como plataforma político-ideológica para a construção de carreiras políticas, inclusive de policiais e militares. Podemos dizer que o bolsonarismo tem três conteúdos ideológicos centrais: o reacionarismo, que difunde

pânico moral, desinformação, negacionismo e visões antidemocráticas; o fundamentalismo religioso cristão; e uma perspectiva autoritária sobre a segurança pública, pautada na brutalidade policial sob o signo do “combate ao crime”.

Nosso estudo mostrou, por fim, que, no que se refere principalmente à Baía da Ilha Grande, a violência contra povos originários e comunidades tradicionais é instrumento central e fartamente utilizado pelas elites locais nos processos que engendram poderes políticos na região. Grupos empresariais, fazendeiros e grileiros controlam a política local como forma de se apropriar de terras historicamente pertencentes a indígenas, quilombolas e caiçaras.

A reversão dos vínculos entre política e violência passa, portanto, por algumas dimensões incontornáveis:

- O controle do uso da força pelas polícias de modo a frear os elos entre o poder policial e a atuação de grupos criminosos e políticos contratantes do poder de matar;
- O estabelecimento de regras eleitorais para que policiais não possam utilizar de seus cargos para a construção de carreiras políticas, como uma quarentena para candidaturas e o impedimento do uso de nomes de urna que remetam a seus cargos como agentes de segurança;
- A atuação mais ativa do Ministério Público e da Justiça Eleitoral na fiscalização de mandatos políticos que tenham relação com o poder armado; a exploração de negócios ilegais, como a grilagem de terra; e a articulação com milícias e grupos de extermínio;
- A promoção de mecanismos mais consistentes de proteção de ativistas e lideranças políticas periféricas, principalmente mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN +;
- O cumprimento efetivo por parte dos partidos da promoção de carreiras políticas de pessoas com esses perfis historicamente violentados;
- A promoção de mecanismos efetivos de proteção de povos originários, quilombolas e caiçaras que protejam seus modos de vida e a relação que eles têm com suas terras. Os dispositivos de regulação fundiária e proteção ambiental protegem ainda precariamente esses povos e comunidades.

Esses são alguns passos básicos para a retomada de um caminho para a consolidação democrática que, segundo pudemos apurar, parece ter se perdido, com consequências graves para os mecanismos de garantia de direitos, liberdades de organização e atuação públicas e pluralismos social e político. Afinal, uma visão panorâmica da política fluminense, e que talvez possa ser extrapolada para outros centros do Brasil, indica que a política institucional se consolidou. Partidos competem regularmente em eleições por cadeiras em casas legislativas nas três esferas do Estado para a formulação e a encampação de políticas públicas. Embora lentamente, a configuração de partidos e de casas legislativas vai ganhando maior diversidade, e espaços são ocupados por atores e representantes engajados na cena pública a partir de diferentes lugares e interesses. Tal visão, contudo, é insuficiente para estimarmos o grau de efetividade e o quão inclusiva tem sido a ordem pluralista brasileira. É preciso efetuar um movimento de aproximação, semelhante àqueles do zoom das câmeras cinematográficas, para divisar como se dão as dinâmicas competitivas no plano político, como são mediados os conflitos nas instâncias institucionais, e como funcionam os vasos comunicantes que põem em interação recíproca o sistema político e a sociedade civil. Só a partir desse cenário poderemos ter uma percepção mais precisa do quanto as expectativas nutridas desde a consagração da Carta Constitucional de 1988 foram cumpridas e do quanto avançamos na consolidação de uma sociedade plural e democrática. De certa forma, esse tem sido o movimento de nossas investigações, e quando tomamos o caso do Rio de Janeiro é inevitável reconhecer que há razões de sobra para apreensão.

REFERÊNCIAS

ALBARRACÍN, Juan. Criminalized electoral politics in Brazilian urban peripheries. *Crime, Law and Social Change*, v. 69, p. 553-575, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio; uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

AYOUB, Dibe. Terra e Desaforo: Violência no campo, brigas e éticas de luta nos faxinais do Paraná. *Mana*, v. 27, n. 1, p. 1-29, 2021.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. Nova York: Routledge, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *"No Sapatinho": a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022*. Brasília: CIMI, 2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BAINES, Stephen Grant. *Territórios indígenas ressignificados*. Natal: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

BAINES, Stephen Grant. Territórios, territorialização, territorialidades indígenas e os direitos à terra. *Raízes*, v. 34, n. 2, jul./dez. 2014.

BARBIERI, Gisele et al. *Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 31 de outubro de 2022*. Rio de Janeiro: Justiça Global; Terra de Direitos, 2023. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/numero-de-casos-de-violencia-politica-e-eleitoral-aumentou-em-2022/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

EATON, Kent. The Downside of Decentralization: Armed Clientelism in Colombia. *Security Studies*, v. 15, n. 4, p. 533-562, 2006.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, R. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2008.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro. *Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – Relatório Final*. Seropédica: UFRRJ, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FÓRUM GRITA BAIXADA. *Um Brasil dentro do Brasil pede socorro: Relatório-denúncia sobre o descaso estatal para com a vida humana na Baixada Fluminense e possíveis soluções urgentes*. Nova Iguaçu: Fórum Grita Baixada, 2016.

GALLEGO, Jorge. *A Theory of Armed Clientelism*. Rosario: Universidad del Rosario, 2018.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (GENI/UFF). *Chacinas Policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade*. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Instituto Fogo Cruzado, 2023. Disponível em: <https://geni.uff.br/2023/05/05/chacinas-policiais-no-rio-de-janeiro-estatizacao-das-mortes-mega-chacinas-policiais-e-impunidade/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (GENI/UFF). *Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Instituto Fogo Cruzado, 2022. Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

_____. *Grande Rio sob disputa: Mapeamento dos Confrontos por Territórios*. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Instituto Fogo Cruzado, 2024. Disponível em: <https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (GENI/UFF). *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Rio de Janeiro: GENI/UFF; Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ). Disponível em: <https://geni.uff.br/2021/04/30/a-expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados-4/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. *Violência Política de Gênero e Raça no Brasil: Dois anos da Lei 14.192/2021*. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2023. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/2023>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988)*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – Relatório Final*. Seropédica: UFRRJ, 2015.

MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PAZ, Huri. *Assassinatos políticos no Rio de Janeiro (1988-2022): Uma análise interseccional*. *SciELO Preprints*, 2023.

RESENDE, Viviane de Melo; MARTINELLI, Yara; MARTINELLI, Bruno Marangoni. *Contra o etnoecocídio: da violência política da extrema direita à resistência coletiva dos povos indígenas no Brasil*. *Fórum Linguístico*, v. 20, n. 3, p. 9342-9357, jul./set. 2023.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Círculo do livro, 1985.

ROCHA, Deyvisson Felipe Batista Rocha. *Um panorama da autodemarcação de Terras Indígenas no Brasil*. *Revista Sures*, n. 9, 2017.

RODRIGUES, André et al. *Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder*. Rio de Janeiro: ISER, 2018.

RODRIGUES, André et al. *Violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2021.

RODRIGUES, André et al. *Violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2022.

RODRIGUES, André et al. *Violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande: As polícias e o poder político*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2023.

RODRIGUES, André; MARINHO, Leandro. *Violência policial como plataforma ideológica no Rio de Janeiro*. In: INSTITUTO FOGO CRUZADO. *Relatório anual – Região metropolitana do Rio de Janeiro 2022*. Rio de Janeiro: Instituto Fogo Cruzado, 2023.

SOARES, Rafael. *Milicianos: Como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele*. São Paulo: Objetiva, 2023.

SOUZA, Vanessa Marcondes de. *“Educação para permanecer no território”: a luta dos povos caiçaras frente à expansão do capital em Paraty-RJ, 2017*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

TRUDEAU, Jesse. *How Criminal Governance Undermines Elections*. *APSA Preprints*, 2022.

TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors. Symbolic action in human society*. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1974.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Brasília: UnB, 2018.

REALIZAÇÃO:



LEPOV
LABORATÓRIO DE
ESTUDOS SOBRE
POLÍTICA E VIOLÊNCIA

& HEAR

PARCERIA:



APOIO:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

